



O CONGRESSO

Desde os primeiros momentos, a marcante importância do encontro



“Percebemos que trabalhar somente com a cúpula do Instituto de Arquitetos do Brasil não é a metodologia suficiente, ainda que necessária, para definir os destinos da nossa profissão e da nossa formação profissional. Daí, o sentido deste Congresso: um sentido de reencontro, de divisão de responsabilidades”.

Quando Miguel Alves Pereira, presidente nacional do IAB, disse essas palavras no final da tarde do dia 25 de outubro, o auditório especialmente montado no Pavilhão da Bienal, no Ibirapuera, para a sessão de abertura do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos estava lotado por centenas de arquitetos e estudantes.

A cerimônia foi presidida pelo governador paulista, Paulo Egydio Martins, e teve como homenageados o ex-presidente Juscelino Kubitschek, representado por dona Sara Kubitschek, e o engenheiro Joaquim Cardoso, que enviou uma mensagem ao encontro.

No seu discurso, Miguel Pereira analisou a situação que caracterizou o país desde o último Congresso da categoria, em 1969 — “sete anos de silêncio e trabalho, ainda que com características de temor e de medo” — e destacou a importância dos arquitetos saberem responder ao desafio colocado pelo atual encontro. Isto é, colocarem suas posições frente ao mercado de trabalho e frente às políticas habitacional, urbana, do meio ambiente e de formação profissional.

Agradecendo a presença dos arquitetos e estudantes de todo o país em nome do IAB de São Paulo, Benno Perelmutter salientou a participação da categoria na solução dos problemas nacionais e sua projeção internacional. E disse acreditar que,

diante disso, uma reunião como o Congresso se justificava, “para reafirmar nossos acertos, mas também verificar onde estão nossas deficiências”.

Antes de encerrar a cerimônia de abertura, o governador Paulo Egydio citou quatro áreas de seu governo onde os arquitetos têm contribuído em larga escala: a implantação da rede física escolar, o programa habitacional, a montagem do sistema estadual de análise de dados e a política de desenvolvimento urbano e regional. Dentro de cada uma delas e em outros setores, “a componente físico-espacial do desenvolvimento” está presente e, daí, a importância da colaboração da categoria. Dizendo reconhecê-la, o governador anunciou a criação da carreira de arquiteto no funcionalismo público estadual.

#### Participaram da solenidade de abertura do IX Congresso:

Governador Paulo Egydio Martins, prefeito Olavo Setúbal, Sara Kubitschek, Max Feffer (secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia), Jorge Wilhelm (secretário do Planejamento), Roberto Cerqueira César (secretário dos Negócios Metropolitanos), Benno Perelmutter (presidente do IAB-SP), Milton Pernambuco da Rocha (presidente do CREA da 12.<sup>a</sup> Região), Ignácio de Lima Ferreira (presidente do CONFEA), Icaro de Castro Mello (presidente da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos), Oscar Landmann (presidente da Bienal de São Paulo), Eduardo Kneese de Mello (membro da FPAA), além de todos os presidentes dos IABs e representantes dos sindicatos de arquitetos de São Paulo e Rio Grande do Sul.

#### Comissão Executiva do IX Congresso, eleita em reunião preparatória do encontro, realizada no dia 25 de outubro:

Presidente: Miguel Alves Pereira  
Vice-presidente: Carlos Maximiliano Fayet  
Jurandir Nogueira (presidente do Grupo 1, que discutiu “A situação dos arquitetos”);  
Luiz Paulo Conde (presidente do Grupo 2, “As realizações dos arquitetos”);  
Edmilson Carvalho (presidente do Grupo 3, “A proposta do arquiteto”);  
Dalvino Troccoli Franca (presidente do Grupo 4, “A formação do arquiteto”)  
Secretário-geral: Paulo Bastos  
Relator-geral: Pedro Taddei

### SINDICATO DOS ARQUITETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### COMUNICADO

O SASP comunica que todas as terças-feiras, das 9 às 11 horas, o escritório Jacobina está à disposição dos associados para consultas contábeis (informações sobre abertura de firmas, autônomos, INPS, ISS, etc.). No mesmo horário, a advogada do Sindicato dá consultas jurídicas.

## Miguel: entre os dois Congressos, um tempo de trabalho e temor

"As minhas palavras iniciais são aquelas que tentam caracterizar a envergadura deste momento. Para um arquiteto acostumado a comunicar-se através do lápis, desejaria que os meus colegas entendessem como é difícil traduzir aquilo que é verdade — e que sabemos — mas não conseguimos dizer em termos absolutos, através do verbo. Percebo que esta é uma solenidade singular, um reencontro dos arquitetos brasileiros. E por isso, com saudade, com veemência e com coragem, procurarei dizer aqui aquilo que é o cotidiano do IAB.

Desde setembro de 1969, quando se realizou em Porto Alegre o VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos, não tínhamos e não tivemos nenhum encontro com essa envergadura. Estes sete anos de silêncio não traduzem a verdadeira envergadura da profissão que cresceu e se afirmou na vida do país. O nosso silêncio foi um silêncio de trabalho, ainda que com características de temor e de medo.

1969 foi o ano em que sucedeu a definição de condições singulares para o nosso país. Todos se lembram de que o Ato Institucional n.º 5 foi decretado no final do ano anterior. O nosso silêncio foi de trabalho e de temor: descobrimos uma outra forma de colaborar com os destinos da nossa Nação. Mas este silêncio construiu uma entidade de classe, que sabe reciclar a forma simples do seu trabalho com os mecanismos de que dispõe.



A operacionalidade e os aspectos conceituais de nossa entidade estão aí e são de todos vocês. A Direção Nacional não é o Instituto de Arquitetos do Brasil: é a executora de uma política traçada em conjunto, é o somatório das opiniões de todos os arquitetos brasileiros, representados em nosso Conselho Superior, que se reúne periodicamente todos os anos, nos meses de janeiro e julho, procurando definir, reorganizar e reposicionar a nossa conduta. Contudo, percebemos que trabalhar somente com a cúpula do Instituto de Arquitetos do Brasil não é a metodologia suficiente, ainda que necessária, para definir os destinos da

nossa profissão e da nossa formação profissional. Daí, o sentido deste congresso: um sentido de reencontro, de divisão de responsabilidades. Um congresso que se caracteriza pela multidão; multidão que qualifica a prospecção da nossa teoria e do nosso instrumental de trabalho enquanto arquitetos, pensando no futuro desta Nação, desejando saber o que acontecerá e o que será o Brasil do final do século.

Nestas circunstâncias, as cifras nos assustam e os conceitos que não resistem, desaparecem. Seremos uma profissão necessária ou voltaremos ao silêncio? Seremos uma profissão capaz de participar e contribuir para o equacionamento das políticas oficiais que dizem respeito àquelas atividades concernentes a nosso mercado de trabalho, como a política habitacional, urbana, do meio ambiente ou da formação profissional? Esta pergunta maior é o desafio deste congresso.

Transmito-vos apenas aquilo que aprendemos com o debate do nosso Conselho Superior em termos de ver a política habitacional brasileira, trilhando um caminho difícil, tendo que se apoiar numa trajetória que não tem conseguido responder às necessidades de nossa população. Então, os arquitetos precisam situar o seu ponto de vista em termos de que, em relação a esta política, não consideramos profissionais de luxo. Apenas desejamos colaborar e opinar a respeito de uma política que precisa descer dos 30% da população brasileira que tem recebido seus benefícios para aqueles outros 70% que não tem condições de ganhar mais que cinco salários mínimos.

Desejamos, como arquitetos brasileiros, entender um país mais simples e forte, que saiba utilizar suas riquezas para qualificar o nosso trabalho profissional, utilizando uma tecnologia e uma estética apenas possíveis. Abandonando a postura da obra excelsa, da obra das nossas revistas, para aceitarmos o anonimato que permite a participação daqueles que usam o espaço organizado, que é a população brasileira. Desejamos criar essa Arquitetura junto com esse povo. Esta é a disposição dos arquitetos brasileiros em relação à política habitacional; e, em termos de troca de idéias, sem dúvida nenhuma o Instituto de Arquitetos do Brasil, procurando equacionar seu diálogo, sempre o fez com a mais alta dignidade profissional e de respeito aos poderes constituídos.

Em relação à política urbana, é o momento de optarmos pelo destino das nossas cidades, no sentido de sabermos se seremos os arquitetos do apocalipse, no final do século, ou seremos os arquitetos capazes de pensar, dentro de nossas equipes, numa cidade que não aceite o habitante do "Admirável Mundo Novo", pensado por Aldous Huxley, um homem sem alma e feito em laboratório. A dimensão maior, para nós, é o homem que pode ser qualificado no cotidiano, o homem que sabe e necessita usar o espaço urbano.



utilize o processo

# megsa

de impermeabilização: simples  
seguro  
duradouro

rua venâncio ayres, 647 s. paulo 62 4600  
62 2102

Em termos de política urbana, é necessário admitirmos que, jovem e recém-criada, a Comissão Nacional de Política Urbana terá que ser reinstrumentada a fim de que assistamos o destino correto de nossas cidades e não a alimentação gratuita de uma especulação imobiliária desenfreada, que não traz consigo a dimensão humana para definir suas propostas de lucro. Ou optamos por uma perspectiva nesse sentido ou teremos que assistir a uma política urbana de intenções e não uma política real, uma política de aconselhamento técnico passivo.

Os arquitetos se posicionam em termos dessa política no sentido não só da crítica, mas, principalmente, de podermos colaborar, participando, opinando e criticando. A envergadura do plenário deste IX Congresso Brasileiro de Arquitetos seria, sem dúvida alguma, um momento transcendental de debate do projeto de legislação do uso do solo, que está pronto e engavetado no caminho do Congresso Nacional.

Ou assistiremos a uma política urbana com este projeto aprovado, desestimulando a especulação imobiliária, ou veremos uma figura até entristecida de um colega honesto e capaz, Jorge Guilherme Francisconi, a fugir da trincheira porque não tem o que fazer. Neste momento e em relação a esta política, nós optamos pela esperança em relação ao projeto de legislação de uso do solo, que poderá merecer a convocação dos profissionais interessados no seu de-



bate e, principalmente, a opinião maior daqueles que usam a cidade: a população.

Em relação à política do meio ambiente, é preciso que se reconheça que sua força maior tem sido a dedicação abnegada de Paulo Nogueira Neto, que tem procurado aplicar aquele seu conhecido poder de persuasão. Mas o quanto é limitada essa capacidade diante da envergadura dos problemas que assolam o nosso país, particularmente nas regiões metropolitanas. Ou optamos, em termos de política de meio ambiente, em salvarmos as nossas cidades antes de nos afogarmos na poluição, de todas as ordens e to-

dos os níveis, ou teremos ainda que pensarmos um mundo diferente daquele que habitamos agora, com uma população, no final do século, de 220 milhões de habitantes. Se hoje temos dificuldades em equacionar nosso próprio posicionamento em relação ao que devemos fazer agora, imagine o que aconteceria com uma população dobrada?

A mesma observação, com igual veemência, serve para a política de formação profissional dos arquitetos brasileiros. As 30 escolas de arquitetura terão que se reorganizar e se reagrupar, pensando numa profissão que deve ser vista como um conjunto de escolas no seio da universi-

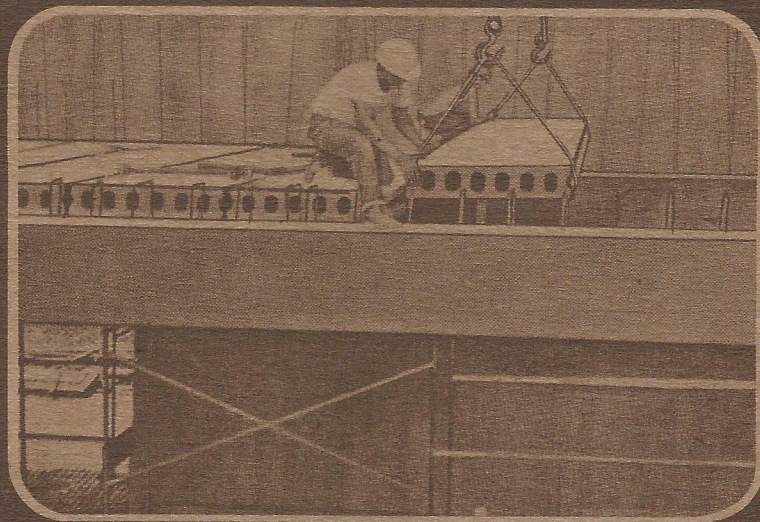
dade brasileira, capazes de criar o conhecimento que qualifica e define a nossa prática profissional: na pesquisa, na prestação de serviços e, principalmente, na docência.

Não vale dizer que a nossa formação profissional é carente ou deficiente. No plano da nossa política profissional, podemos afirmar que temos o know-how necessário para atender às necessidades de agora. Em relação a esta política nos posicionamos, também como quem tem esperanças, também como quem acredita em nossas 30 escolas.

Para finalizar, num preito de gratidão, gostaria de fazer rápidas observações sobre nossos homenageados. Refiro-me a Joaquim Cardoso, engenheiro, poeta e literato, que soube plasmar no concreto armado e na atitude de profissional de nossas equipes a sua contribuição maior em relação a significativas obras da nossa arquitetura. Este homem andou também pelas barras dos tribunais, mas foi absolvido; nós, arquitetos, também o julgamos e, por isso, o fizemos homenageado de honra deste Congresso.

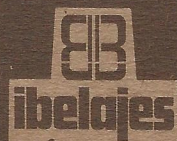
Referimo-nos, também, a Sara Kubitscheck, numa homenagem que quer significar um preito maior a nosso arquiteto honorário e membro honorário do Instituto de Arquitetos do Brasil, Juscelino Kubitscheck de Oliveira. Arquiteto honorário, com cuja coragem se pode marcar uma forma de ocupação do território brasileiro, deixando nos braços de Brasília esse testemunho".

## LAJES DE PISO A SOLUÇÃO IDEAL: PAINÉIS PROTENDIDOS ibelajes



Onde haja uma construção de qualquer dimensão, de qualquer importância, de qualquer estrutura, de qualquer estilo, os painéis protendidos IBELAJES versáteis e resistentes, representam uma economia considerável de custo, mão de obra e tempo. Desde LAJES PARA PISOS E FORROS, COBERTURAS DE QUALQUER LINHA GEOMÉTRICA, PAREDES DE VEDAÇÃO, ARRIMOS, SILOS, PASSARELAS E CANALIZAÇÕES. Os painéis IBELAJES de esmerada execução não exigem normas especiais de emprego, pois são simples placas moduladas e autoportantes.

IBELAJES CONCRETO PROTENDIDO SA. • Informações e vendas:



São Paulo: Av. Santo Amaro, 1649 - fones 543-2094 e 61-0445  
Jundiaí - fone 6-4622 Campinas 31-9099 Taubaté - 2-3819

Fabricamos também lajes pré-moldadas para pisos, forros, coberturas e abóbadas.

## Benno: o IAB de São Paulo agradece a participação dos arquitetos e estudantes

"O Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento São Paulo, sente-se particularmente honrado ao receber colegas e estudantes de todo o Brasil, para um encontro a fim de traçar as linhas que definirão nossa atuação comum nos próximos anos.

Ao saudarmos as altas autoridades da República, reafirmamos nossa posição universal. Com efeito, se o arquiteto é um prestador de serviços, e nesse sentido não se diferencia de outras categorias profissionais, por outro lado, o arquiteto renova em seu cotidiano o compromisso permanente com a cultura e o destino nacional. A presença, nesta cerimônia, de poetas, jornalistas, cientistas, artistas plásticos e políticos testemunham a condição desta postura.

Não é por sua posição nas estruturas econômicas dos países que os arquitetos detêm o seu poder, mas sua força nasce da verdade e da beleza que procuram em seu trabalho. Hoje, os arquitetos brasileiros integram vários organismos que implementam e subsidiam as decisões nacionais. Os desafios referentes ao reequipamento social, como habitação popular, unidades de saúde, de educação, de transportes e de lazer, das grandes metrópoles brasileiras face ao seu acelerado crescimento, acarreta posição em relação ao desfrute dos recursos materiais, a consciência permanente em torno de nosso patrimônio histórico e artístico e a defesa da tecnologia nacional, constituem o cerne destas decisões. Os arquitetos, juntamente com outras áreas do conhecimento brasileiro, confiam que soluções criadoras serão encontradas para seus problemas. As realizações dos arquitetos brasileiros já ultrapassaram as fronteiras da pátria, nossos projetos vêm sendo discutidos e a experiên-



cia neles contida vem sendo absorvida em outros países. É diante dessa realidade insofismável, que se justifica uma reunião como esta, para reafirmar nossos acertos, mas também verificar onde estão nossas deficiências.

O aumento considerável da participação neste encontro em relação

às previsões iniciais (2 000 para 5 000), evidencia a importância e a riqueza de um debate de caráter nacional, não só amplia nossa participação criadora, como função indispensável ao progresso nacional, mas também oferece os subsídios para o encontro das soluções almejadas pela população brasileira."

## O agradecimento de Sara pela homenagem a JK, sócio honorário do IAB



"Muito me desvanece e sensibiliza, senhores arquitetos, estar presente ao vosso congresso na qualidade de convidada de honra. Quisestes, na minha pessoa, homenagear a memória de Juscelino Kubitschek por tudo o que ele representou para o desenvolvimento e expressão da arquitetura brasileira contemporânea. Podeis imaginar o quanto me sensibiliza e comove este preito àquele cuja perda eu e os meus tanto temos chorado, amparados pela simpatia e solidariedade de todo o Brasil.

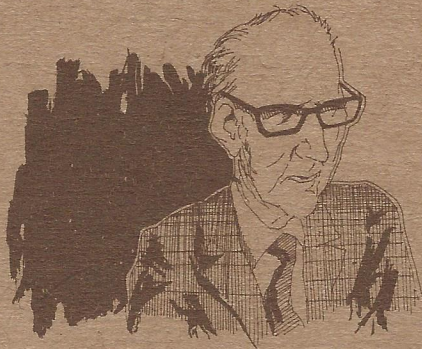
É nobre, é dignificante para esse memorável simpósio que aqui se recorde o nome público a quem a sensibilidade de artista e a alma de poeta, levou a engajar-se na esplêndida aventura que foi o movimento renovador da arquitetura brasileira. Movimento estupendo, que projetou o Brasil nos grandes centros culturais do mundo, com a mais alta contribuição de seu gênio artístico à cultura universal no campo das Belas Artes. Como Juscelino gostaria de estar aqui neste momento. Entre vós, que o fizestes sócio honorífico do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Posso revelar-vos que este título é um dos que mais o envaldecia e isto porque ele se sentia como um de vós: um irmão, um colega; e colega e irmão era de fato, pela paixão que a arquitetura lhe inspirava e pela fecunda e longa amizade que o ligou a um dos vossos, o grande Niemeyer. Dessa amizade, que nasceu do entusiasmo e de uma admiração, surgiram, para o Brasil e para o mundo, o primor da arte que é o conjunto de edi-

ficações da Pampulha e uma cidade de sonho, a magnífica Brasília, edificada para os séculos.

Não sei se se encontrará na história das artes esse episódio de um governante que tenha assegurado a um artista e a sua equipe um campo tão vasto e tão livre para o exercício de sua criatividade, para a concretização de seus sonhos, para a realização das mais ousadas concepções de seu espírito. Na verdade, Juscelino prefeito, governador e presidente da República inspirou a arte brasileira com um alto sentido de afirmação e liberdade. Ao intelectual e ao artista soube ele valorizar e dignificar; e isso porque os tinha como dos mais nobres fatores de uma sociedade livre, bela e justa.

Senhores arquitetos, por esse gesto de fidelidade ao vosso companheiro Juscelino Kubitschek, toda a minha gratidão, toda a minha estima, a todos vós, que representais o melhor da inteligência e da sensibilidade brasileira na área da vossa grande Arte."

**Joaquim Cardoso relembra sua atuação profissional junto com os arquitetos**



**IAB tem um compromisso: realizar o X Congresso no prazo de três anos**

Por decisão da maioria dos arquitetos (com abstenção dos estudantes), o X Congresso Brasileiro de Arquitetos será daqui há três anos, no último semestre da nova gestão do IAB nacional, que será eleita na reunião do Conselho Superior da entidade, nos dias 6, 7 e 8 de janeiro, em Brasília.

Durante a sessão plenária do dia 29 de outubro, os participantes do IX Congresso escolheram entre quatro propostas apresentadas sobre a data do próximo encontro: uma delas fixava o prazo para daqui a um ano, outra para daqui a dois e uma terceira, do IAB do Paraná, que se colocava à disposição para sediar o X Congresso, sem contudo definir quando ele seria. A quarta proposta, apresentada por Antônio Carlos Moraes de Castro, secretário-geral do IAB nacional, tinha o sentido de comprometer as chapas que concorrem à Direção Nacional da entidade com a realização compulsória do congresso, ao exigir que todas as plataformas contemham essa promessa.

Defendendo a proposta de Moraes de Castro, Alfredo Paesani alertou o plenário sobre o fato de que, se os congressos têm sido convocados pelo IAB, é possível que não o próximo, mas o segundo, possa vir a ser convocado pelos Sindicatos de Arquitetos. Seria um encontro com características diferentes por sua própria motivação e, assim, haveria congressos de arquitetos "promovidos pelas duas maiores entidades que certamente dirigirão os destinos da categoria."

A íntegra da moção vencedora é a seguinte:

Considerando que é nos congressos de arquitetos que se tem a oportunidade de debater e deliberar da maneira mais abrangente e aprofundada sobre os problemas da profissão e da própria arquitetura nos seus diversos aspectos, mas compreendendo e levando em conta as dificuldades operativas da realização de eventos desta natureza, proponho: Que deste IX Congresso saia recomendação ao Conselho Superior do IAB no sentido de que doravante seja de caráter compulsório e que todas as plataformas apresentadas no processo sucessório da Direção Nacional contemham o compromisso de realização do Congresso Brasilei-

**Toda nova diretoria nacional do IAB deverá realizar um congresso nacional seis meses antes do término de sua gestão.**

Mensagem do engenheiro Joaquim Cardoso, lida por Ícaro de Castro Mello, vice-presidente da FPAA:

"Agradecendo a homenagem que liberalmente me presta este Congresso, quero levar a todos os seus ilustres componentes a certeza da minha solidariedade à conduta profissional e social dos que se dedicam a criar o abrigo humano. Infelizmente, não me fiz arquiteto; mas ladeando a atividade dos arquitetos, no convívio com eles, pude melhor conhecer o sentido de realidade e

transcendência que informa sua criatividade, a mais nobre e profunda de todas as criatividades. Assimilei atributos que mais se aperfeiçoam no exercício da arquitetura do que na tarefa do calculista. Recebi um aprazível e intenso aprendizado em minha vida junto aos arquitetos. Por isso é que, não podendo estar presente a este Congresso como desejaria, venho expressar aos generosos amigos o meu comovido reconhecimento."



ro de Arquitetos, preferentemente no último semestre da gestão, ocasião em que o próprio congresso poderia ampliar ou aferir, num balanço amplo, a política profissional levada a efeito no período citado.

Esta proposta visa, ao mesmo tempo, comprometer os arquitetos brasileiros com a necessidade da realização dos congressos e torná-los viáveis, ao permitir um prazo razoável para sua preparação.

**Paviflex mostra que uma idéia inteligente não precisa ser uma idéia cara.**

Tudo o que você procura num piso você encontra no Paviflex: ele é bonito, resistente, prático, versátil, durável, rápido de instalar e fácil de conservar.

E como se não bastasse tudo o que ele é, o Paviflex também conquista você pelo que ele não é: não é inflamável, não é escorregadio e não perde sua estabilidade dimensional por mais forte que seja o calor.

Paviflex pode ser instalado sobre qualquer piso já existente, exceto madeira.

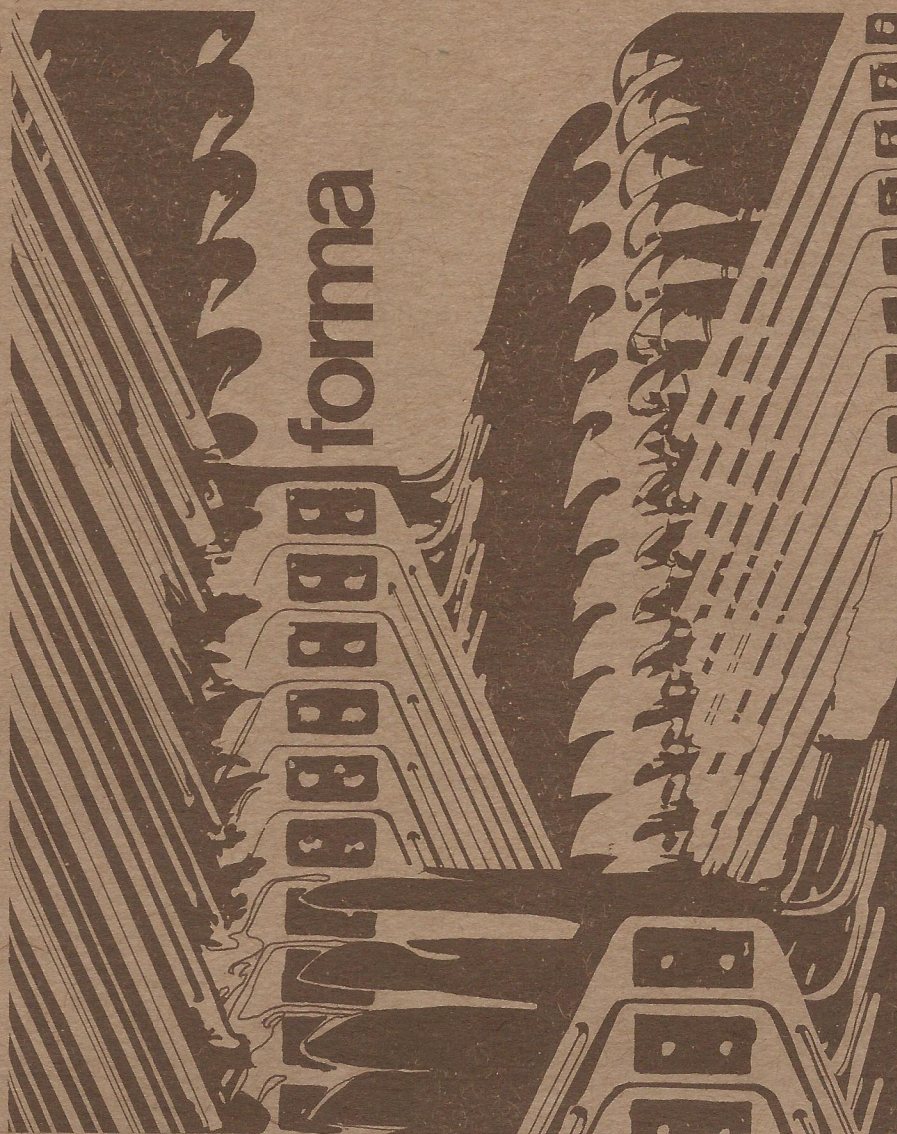
E sai muito mais em conta do que você imagina. Especifique Paviflex

e termine a sua construção com o pé direito.



É bonito e não dá trabalho.

## Concurso Forma valoriza design brasileiro



A necessidade de desenvolver o design brasileiro, produzindo e comercializando móveis que solucionem a nova concepção arquitetônica contemporânea, na tentativa de projetar nossa produção no campo do desenho industrial a nível nacional e internacional, foram os principais motivos que levaram à instituição do Concurso Forma de Desenho Industrial.

Através do Instituto de Arquitetos de São Paulo, da Associação Brasileira de Desenho Industrial e da Forma S.A. Móveis e Objetos de Arte, o concurso foi preparado de forma a incentivar o surgimento de novos valores, que apresentem um produto original, uma solução nova e sempre atual, uma opção de mobiliário para a arquitetura contemporânea brasileira.

As inscrições foram abertas durante o lançamento do concurso no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos e encerradas no dia 26 de novembro, com prazo de entrega dos projetos marcado para 26 de janeiro. O concurso estava aberto à participação de todos os sócios titulares do IAB e da ABDI devidamente quitados.

### Incentivar e exportar nossa produção

Apesar de sua vocação voltada para o produto nacional, a Forma foi a pioneira na introdução do design compareçam entre 600 e 700 pro-

mais revolucionárias coleções internacionais de mobiliário, entre elas a coleção Knoll Internacional, e que incluiu, na equipe de seus designers, os grandes mestres de nossa época como Mies van Der Rohe, Marcel Breuer, Eero Saarinen, Florence Knoll e Harry Bertoia.

Ao mesmo tempo, a empresa continuou produzindo linhas exclusivamente desenvolvidas por designers brasileiros, através de um departamento de pesquisa próprio.

Dentro desta linha, a Forma lançou o concurso nacional de desenho industrial, visando projetar novos valores, que através de sua criatividade, técnica e bom gosto, possam valorizar o design brasileiro tanto aqui, como no exterior.

Segundo Petco Gueorguiev, gerente-geral da Forma S.A., "este concurso não busca apenas mais um produto, mas uma solução de mobiliário para a arquitetura contemporânea brasileira".

Ao procurar incentivar o desenvolvimento da produção nacional, aqui e no exterior, a Forma também visa atender a uma das preocupações básicas da empresa com relação ao nosso produto: a exportação.

"Nosso objetivo, — explica Petco — é que este concurso possa produzir um móvel para preencher os espaços vazios tanto no mercado nacional, quanto no internacional". Por outro lado, a grande preocupa-

ção da Forma era realizar um concurso aberto, adotando um critério que não limitasse a criatividade dos profissionais aos problemas de ordem comercial.

Para isso, representantes da Forma, do IAB e da ABDI, encarregados de produzir o regulamento do concurso, optaram pela separação entre os objetivos da premiação e os objetivos da comercialização dos melhores trabalhos.

Desta forma, independentemente dos prêmios, a Forma reservou-se o direito de estudar a viabilidade de aproveitamento para industrialização de todos os projetos apresentados durante o congresso.

Outra solução original pensada pelos organizadores da promoção foi dividi-la em duas fases, uma delas para selecionar sete trabalhos, e uma segunda, para executar estes modelos nas oficinas da Forma em São Paulo. Durante a execução dos projetos, os autores poderão acompanhar o processo e até mesmo realizar algumas modificações para adaptar o modelo às necessidades que forem surgindo durante sua viabilização.

### Normas do concurso

Os participantes da promoção deverão apresentar um sistema integrado de móveis estofados (excluindo-se cadeiras e poltronas para uso "executivo" em escritórios). Os modelos deverão ser reproduzidos em escala 1:1 de no máximo 3 peças representativas do sistema.

O regulamento manda ainda que os desenhos sejam apresentados em cópias heliográficas, em preto fino, fixadas em pranchas rígidas leves ou texturizadas. Como complementação do trabalho podem também ser apresentadas fotografias de modelos ou maquetes, no tamanho 18 x 24, em preto e branco.

A premiação será dividida em duas fases, correspondentes às duas etapas do concurso. Na primeira, os autores dos 7 projetos premiados receberão cada um a importância de 7 mil cruzeiros. A Forma se compromete a reembolsar as eventuais despesas de locomoção e estadia durante a realização do modelo, aos autores dos três primeiros projetos classificados nesta fase.

Na segunda etapa, os três primeiros colocados receberão, por ordem de classificação: 50 mil cruzeiros para o 1.º lugar, 25 mil para o 2.º e 15 mil para o 3.º.

Os projetos deverão ser inéditos e serão entregues nas secretarias do IAB e da ABDI até o dia 26 de janeiro.

As plenárias. Ou um exemplo de como se exerce a democracia



Quando a Comissão Organizadora do IX Congresso começou a se reunir, esperava-se que 1 200 arquitetos e estudantes participassem do encontro. Mas a ampla divulgação do evento, indo de encontro a uma intensa predisposição para o debate, fez com que as previsões fossem alargadas para cerca de 2 mil inscritos, a medida que se aproximava o congresso. Alguns mais otimistas, chegavam a exagerar: talvez viessem 2 500 pessoas.

A realidade, contudo, foi mais forte e o pavilhão da Bienal, no Ibirapuera, tornou-se insuficiente para abrigar mais de 6 mil pessoas. O resultado: filas enormes e inúmeras reclamações no balcão de retirada de impressos e credenciais, durante todo o dia 25, e um grande número de participantes sem poder entrar nas salas dos quatro grupos de trabalho, no dia seguinte.

Contudo, antes que a discussão dos quatro subtemas fosse iniciada, um grande problema tinha que ser resolvido pela Comissão Executiva do encontro: como se daria o voto estudantil. Entre os dias 21 e 24 de outubro, estudantes de todo o país tinham se reunido na FAU da Universidade de São Paulo, dentro do III ENEA (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura) e decidido reivindicar igualdade de voto para arquitetos e estudantes durante o IX Congresso. Eles argumentavam ser injusta a divisão entre os dois grupos, pois os interesses de futuros e atuais arquitetos se complementavam, afirmando-se num objetivo comum: uma atuação correta dentro da sociedade brasileira.

Reunida na noite do dia 25, a Comissão Executiva do Congresso determinou que cada uma das escolas

de arquitetura presentes (todas as 30 escolas do país vieram) teria direito a um representante por grupo de trabalho, o que daria um total de 120 votos durante as plenárias. Para o presidente do encontro, Miguel Alves Pereira, essa decisão não alterava o caráter do acontecimento, que se mantinha como um congresso de arquitetos para definir uma política de atuação profissional.

Até a noite do dia 27, quando aconteceria a primeira grande plenária, os trabalhos dos quatro grupos ganharam um ritmo mais regular, apesar de persistirem os problemas de espaço e organização. Pouco antes de começar a plenária, marcada para as 20 horas, os estudantes reuniram-se em assembléia para discutir sua forma de participação dentro dela. Depois de debater bastante, saiu a proposta vencedora: eles aceitavam os 120 votos que a Comissão Executiva havia determinado, mas queriam que eles não se diluíssem na contagem geral e que os estudantes corressem o risco de contribuir para a aprovação de uma proposta da qual discordassem. Assim, decidiram o seguinte: os arquitetos votariam determinado relatório de grupo ou moção e, a seguir, os 120 representantes estudantis manifestar-se-iam; a posição majoritária entre esses votos seria a dos estudantes em geral. Após as 20 horas, o número de arquitetos e estudantes no plenário foi aumentando gradativamente e um clima de impaciência tomava conta de todos a medida que o tempo avançava e a Comissão Executiva não chegava para o início dos trabalhos. Reunida numa sala do andar térreo, a Comissão tomava as últimas decisões antes de começar a fase decisiva do encontro.

## A explosão

As 22 horas, ela chega ao plenário e anuncia que a reunião daquele dia, em vista do adiantado da hora, seria realizada juntamente com a do dia seguinte. E afirma que sua decisão sobre o voto estudantil seria mantida. Em vista dessa posição, os estudantes decidem retirar seu voto do congresso (tomariam suas decisões sobre todas as questões, mas seu voto não entraria na contagem geral) e criticam a Comissão Executiva por não haver discutido esse problema em plenário, mas em sala fechada. Refutando essa colocação, a Executiva diz que se reuniu como vinha fazendo todos os dias, sem medo de assumir suas responsabilidades. "Não queremos fugir, estamos tentando tornar este congresso viável". A seguir, a arquiteta Maria Eliza Canedo argumenta sobre o fato de que "em nenhum momento do encontro, as lideranças reuniram-se amplamente com os arquitetos para tomar decisões. Num congresso de arquitetos, as lideranças precisam se preocupar em ouvir os arquitetos" e pediu que a Executiva submetesse suas decisões à categoria. Essa sugestão é aceita pelo presidente do congresso, Miguel Alves Pereira, que convoca uma assembléia dos arquitetos para a tarde do dia seguinte. Os debates prosseguem num clima de tensão e, em meio a eles, Miguel Pereira renuncia à presidência do encontro. Em seguida, Dalvíno Troccoli Franca, presidente do IAB-PE e do Grupo 4, também renuncia, por discordar da atitude da Executiva frente aos estudantes. Diversos membros da Executiva manifestam, então, sua estranheza diante da atitude de Dalvíno, argumentando que na reunião da Executiva todos tiveram oportunidade de votar



democraticamente sobre a posição a ser assumida e ele se absteve. Defendendo o colega, Sônia Marques (PE) afirma que, desde o início do encontro, Dalvino nunca deixara de afirmar claramente o que pensava sobre o voto estudantil.

Diante do impasse, vários membros da Comissão Executiva fazem intervenções semelhantes: o importante é levar o congresso até o final e a categoria discutir os graves problemas que a afetam e que envolvem a atual realidade brasileira; mesmo que transpareçam divergências nas decisões finais.

Em seguida, os estudantes argumentam que, em todo congresso, a Comissão Organizadora submete o regulamento e o temário do encontro a uma plenária antes de iniciá-lo, o que não ocorreu com o IX Congresso. E afirmam que, se isso tivesse acontecido, a questão do voto estudantil teria sido clarificada e decidida.

"Não queremos, de forma alguma, nos arrogar um direito que não possuímos", dizem eles. "Não queremos acabar com este congresso. Reivindicamos que nosso voto não seja diluído na contagem total, que possamos dizer se estamos contra ou a favor de cada uma das propostas deste encontro, que a posição dos estudantes possa ficar clara para todos". (Durante as plenárias, esse desejo dos estudantes acabou se impondo. Depois que os arquitetos aprovavam ou não uma proposta, todos os estudantes também se manifestavam.)

Numa síntese das posições já colocadas pela Executiva, seu secretário-geral, Paulo Bastos, ressalta a importância de se levar o congresso a bom termo e de que todas as correntes de opinião se expressem no encontro. Solicita ainda que, no dia seguinte, os trabalhos prossigam normalmente e que todos — arquitetos e estudantes — se esforcem para que Miguel e Dalvino reconsiderem suas decisões, pedido que é ratificado pelos estudantes.

## Junto com os arquitetos

Como havia sido decidido, na tarde do dia 28 a Comissão Executiva reúne-se com os arquitetos. Justificando a conduta da Executiva durante o encontro, Miguel Pereira afirma que "o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos marca o reencontro dos profissionais, depois de sete anos de ausência de debates e constitui-se numa tentativa de configurar uma política profissional voltada para a realidade do país".

Diante dessas características, Miguel argumenta que, embora a participação dos futuros arquitetos nas discussões seja uma contribuição importante, isso não implica em que a votação dos estudantes deva interferir na definição da atuação dos arquitetos — uma tarefa exclusiva dos profissionais. Segundo ele, os problemas do encontro estão ligados à

falta de definição de limites entre política estudantil e política profissional, que deve ser elaborada por um plenário autônomo, voltado para os problemas específicos da profissão.

Para Miguel, a necessidade de amadurecimento nas posições estudantis e de uma separação entre a participação dos arquitetos e as contribuições dos estudantes no IX Congresso está entre as causas dos atributos havidos no encontro, mas não deve prejudicar o saldo positivo deixado pelos trabalhos.

Em seguida, é a vez do arquiteto Alfredo Paesani, presidente da Comissão Organizadora do encontro, explicar os esforços que se desenvolveram para preparar o congresso e de reconhecer que as críticas feitas às suas deficiências são pertinentes. Após historiar o processo de organização do evento, Paesani afirma que, nos primeiros dias de agosto, a Comissão fez o dimensionamento dos espaços necessários para o número previsto de inscritos, entrando em contato com a Bienal de São Paulo para conseguir o pavilhão do Ibirapuera. A infraestrutura montada, no entanto, não pôde suportar um número muitas vezes maior do que o previsto.

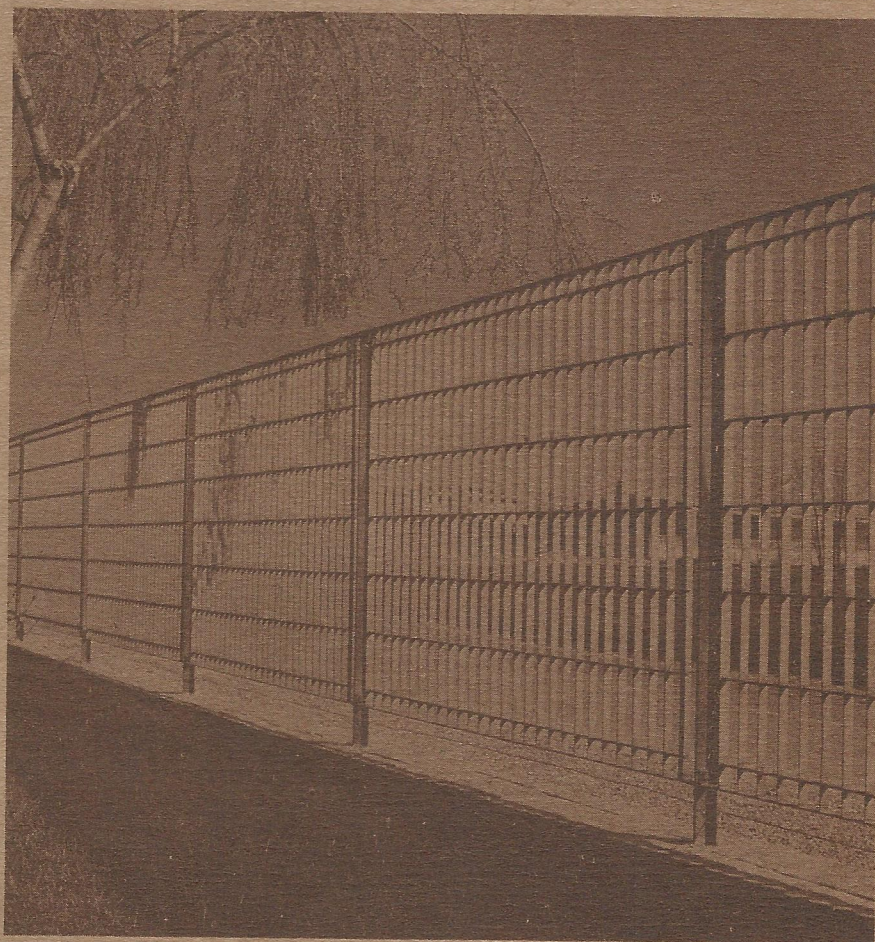
Abertos os trabalhos da assembléia, quatro assuntos principais foram abordados: a correção ou não do encaminhamento dos trabalhos no Grupo 4 (ver matérias dos grupos-tese); apresentação dos relatórios dos presidentes de quatro grupos de trabalho sobre o andamento das discussões; a publicação dos anais do congresso; e a questão do que seria prioritário se discutir.

Numa intervenção, a arquiteta carioca Marlene Fernandes pede a Alfredo Paesani que, como coordenador da Comissão Organizadora do encontro, defina qual o conteúdo dos anais do encontro: se a publicação englobará somente as teses e moções aprovadas ou se todos os trabalhos enviados. Depois de observar que, tradicionalmente, esse tipo de documento não incorpora todo o material que chega, Paesani salienta a importância de se publicar, pelo menos, as contribuições premiadas nas Exposições do IX Congresso.

Segundo ele, a Comissão pretende imprimir 15 mil exemplares dos anais, a serem distribuídos entre os profissionais, professores e estudantes. A seguir, o arquiteto carioca Almir Fernandes faz um apelo a Paesani de que, além das publicações que tradicionalmente fazem parte dos anais, também se incorpore todo o acervo de trabalhos enviados, "pois esta é a memória do IAB e precisa ser preservada".

Em meios aos debates, alguns arquitetos reivindicam uma discussão política em vez do encaminhamento de questões burocráticas, como a publicação dos anais. A arquiteta Maria Eliza Canedo solicita que o presidente do congresso, Miguel Alves Pereira, coloque em prática uma

## Há duas coisas que você pode fazer para conhecer as grades Orsometal: pedir um catálogo ou vê-las de perto.



Pois faça as duas coisas.

A Orsometal dispõe de um catálogo completo contendo dados sobre o produto, descrição do processo de fabricação, tecnologia de produção, descrição técnica e aplicações.

O catálogo só não mostra as grades ao vivo.

Mas, desde já, você fica sabendo, aqui, que as grades eletrofundidas Orsometal apresentam grande capacidade de carga, superfície antiderrapante, resistência aos agentes atmosféricos, leveza, maleabilidade, ventilação, passagem de luz e água, e economia.

Pelas suas características, as grades Orsometal têm elevado índice de aplicações industriais seja como pisos, proteção de máquinas, divisões, pallets, passarelas, plataformas, etc. E, na construção civil, encontram um campo de aplicação vastíssimo, se não ilimitado.

Agora, um conselho: peça o catálogo da Orsometal, mas não deixe de conhecer o produto de perto, visitando-nos ou solicitando a presença de um nosso representante.

Você vai compreender melhor a qualidade superior das grades Orsometal.

**orsometal s.a. - pisos industriais**

Estrada Velha de São Miguel, 991 (alt. km 386 - Via Dutra) - 07000 Guarulhos (Cumbica) - SP - Tels. (011) 209-4848, 209-4864, 209-5835 e 209-5849



## Um exemplo de como...

afirmação que fez na abertura do encontro: a de que o IX Congresso discutiria a política a ser seguida pelos IABs e Sindicatos nos próximos anos. "Se não começamos a debater esse ponto fundamental, o congresso acaba e não cumpre sua função", acrescenta a arquiteta. Contrapondo-se a isso, um arquiteto da Bahia diz acreditar que a reunião estava tomando o caráter da plenária que aconteceria um pouco mais tarde. E propõe que os presidentes de cada um dos grupos façam um relato do que ocorreu durante seus trabalhos para que os arquitetos possam discutir e votar de forma mais consciente na plenária do congresso. Por sua vez, o arquiteto Jorge Moreira (RJ) afirma que o posicionamento dos arquitetos sobre os diversos temas do congresso não cabem nessa reunião, mas sim nas plenárias. Após outras intervenções, duas propostas são colocadas em votação: aprofundar a discussão ou ouvir os relatos dos presidentes dos grupos de trabalho, proposta esta aprovada.

### Finalmente, as plenárias

Na noite do dia 28, arquitetos e estudantes ficam até a madrugada reunidos em plenária, debatendo e aprovando uma série de moções. E, depois de quatro dias de exaustivos trabalhos, o saguão do terceiro andar do pavilhão da Bienal torna-se pequeno para conter a enorme massa de arquitetos e estudantes que,

durante todo o dia 29 (das 10 às 18 horas), se recusa a arredar pé da plenária. Mesmo no início da tarde, depois de votados os quatro relatórios dos grupos de trabalho, os participantes concordam com a mesa, quando esta propõe que não se interrompam os debates para o almoço. Poucos são os que saem para tomar um lanche, enquanto a maioria permanece atenta.

Em meio à leitura e discussão dos relatórios, o plenário detém um pouco seu trabalho para receber o professor Ernest Neuffer, autor do conhecido livro "Arte de Projetar", que já está na sua 30.<sup>a</sup> edição alemã. Após um breve discurso de Neuffer, ele é cumprimentado pela mesa e sai do plenário sob aplausos.

O debate continua e chega a vez das moções. O período da tarde já avança e, com a concordância do plenário, a mesa adota o regime de urgência para votação das moções. Mas nem ele é suficiente: já são 16h30 e ainda há 16 moções para debater; diante disso, a mesa pede ao plenário um voto de confiança para que possa apresentar as moções pela ordem de importância.

Faltam 10 minutos para as 18 horas, quando terminam as votações. Depois de agradecer, em nome da mesa, os esforços desenvolvidos pela Comissão Organizadora do IX Congresso e aos funcionários que nele trabalharam, procurando superar todas as dificuldades, o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet faz um pronunciamento final. Ele destaca o

"inequívoco grau de consciência nas votações", num plenário onde havia pessoas credenciadas ou não para votar e onde algumas propostas venceram ou foram derrotadas por escassa diferença.

"Em nenhum momento" — acrescenta — "levantou-se a questão do direito de voto de qualquer membro deste plenário. Isto precisa ser registrado e diz respeito ao comportamento dos arquitetos e estudantes, que em nenhum momento duvidaram de que aqueles que votaram tinham competência para fazê-lo. Isso precisa ser registrado e é muito importante para o futuro deste país".

Depois dos longos aplausos que sucedem a essas palavras, Miguel Alves Pereira agradece a Fayet pela condução dos debates e o plenário aplaude de pé durante vários minutos. Estende os agradecimentos à retaguarda segura da mesa, representada pelos quatro vice-presidentes e pelos seis vogais, que em nenhum momento deixaram a presidência do congresso sozinha".

Como presidente do encontro, Miguel observa ainda: "isso tudo nos remete às observações sobre o comportamento deste plenário, tanto dos arquitetos como dos estudantes, e nos fazem vislumbrar um X Congresso Brasileiro de Arquitetos em condições de verificar os verdadeiros problemas do exercício e da formação profissional. Esse prelúdio do X Congresso Brasileiro de Arquitetos é por demais entusiasmante".



**Qualidade  
começa com  
design próprio.**

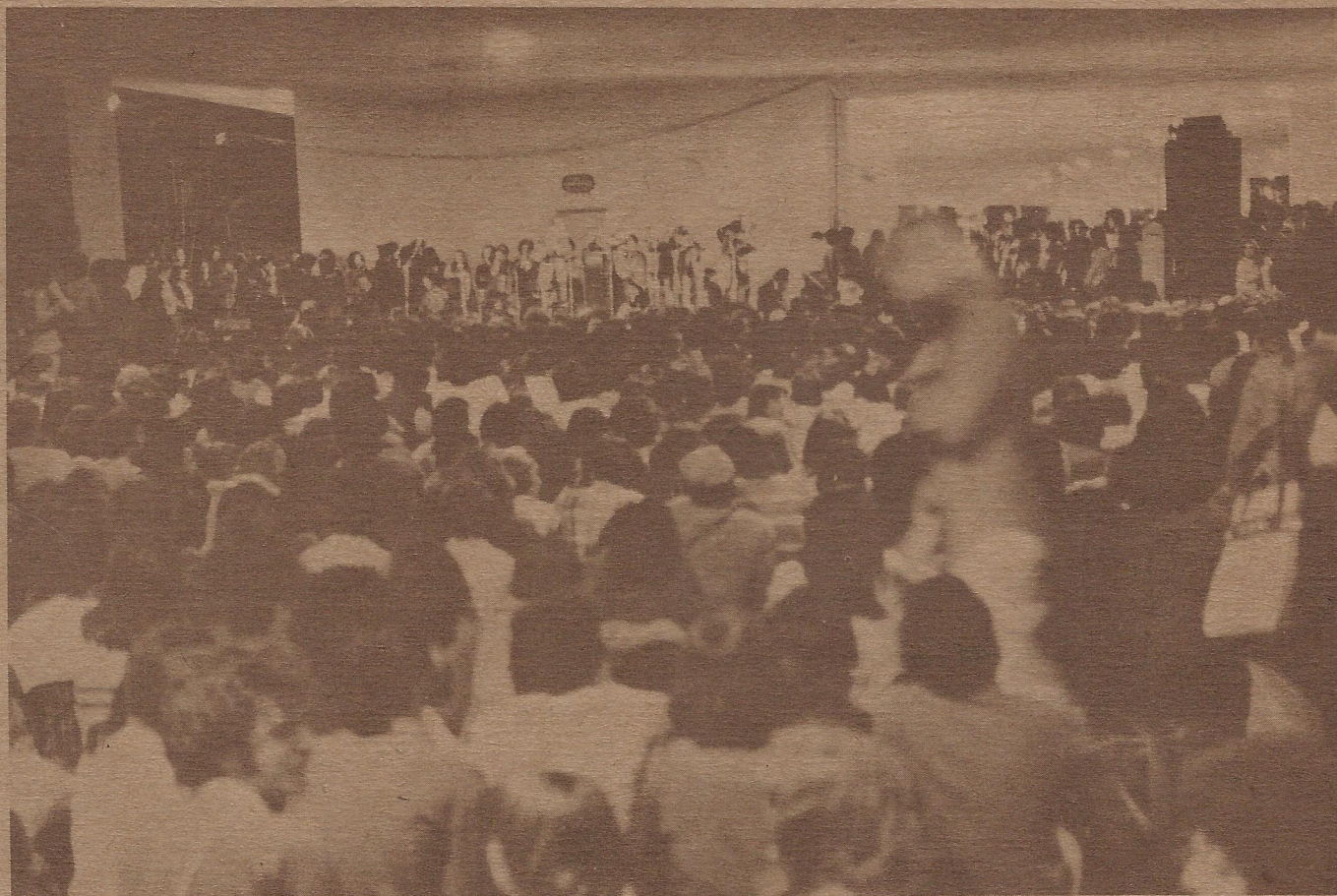
**Decobras é design próprio!**

(desafiamos alguns concorrentes  
a afirmarem a mesma coisa)

**Iluminação é decobrás**

rua sto.antonio 831  
tels. 256-4705 - 256-4729  
são paulo

Na festa de encerramento, a opção democrática dos arquitetos se reafirma



Apesar de terem passado todo o dia numa estafante reunião plenária, arquitetos e estudantes compareceram em peso à sessão de encerramento do IX Congresso, realizada na noite do dia 29 de outubro.

Antes que o arquiteto Jorge Moreira, presidente do júri que selecionou os melhores trabalhos enviados para as exposições, anunciasse os premiados, Flávio de Almeida Prado, representando o secretário Max Feffer, da Cultura, Ciência e Tecnologia, fez algumas colocações sobre o tema "Cultura e Arquitetura".

Destacando o desafio que a organização do IX Congresso representou para o IAB de São Paulo, Benno Perlmutter apontou outro desafio bem maior: o da reabertura de um processo de debate amplamente democrático, onde estudantes maravilhosamente organizados, juntamente com os profissionais, deram uma demonstração inequívoca para este país de que só a discussão, só a comunhão de interesses entre profissionais e estudantes poderá efetivamente conduzir ao processo de reenaminhamento democrático".

Após a leitura do relatório final pelo arquiteto Pedro Taddei, o presidente do IX Congresso, Miguel Alves Perei-

ra pediu que o plenário o aprovasse por aclamação (o que ocorreu) e solicitou um minuto de silêncio pela morte do pintor Di Cavalcanti. A seguir, Luiz Paulo Conde, presidente do IAB do Rio de Janeiro, propôs um voto de agradecimento ao IAB de São Paulo pela realização do encontro, sendo bastante aplaudido.

Antes de encerrar a sessão, Miguel Alves Pereira falou sobre o significado do IX Congresso, refutando afirmações feitas dias antes por um órgão da imprensa paulista (1) de que o encontro teria sido um "extravasamento de recalques acumulados durante 7 anos de silêncio" e de que as propostas nele colocadas levariam a uma sociedade totalitária: "é um equívoco desses meios de comunicação entender que aquelas alterações das estruturas econômicas, sociais e políticas, que entravam o trabalho do arquiteto no sentido de atingir os 70% da população brasileira que não tem condições de ter o seu abrigo, queiram dizer que preconizamos uma sociedade totalitária". Dizendo pensar de forma oposta, Miguel Pereira afirmou que as reivindicações mais amplas dos arquitetos não "de ter uma sociedade democrática como substrato".

Após esse pronunciamento, que encerrou cinco dias de vibrantes e proveitosos debates, perto de 3 mil arquitetos e estudantes participaram, embora exaustos, de um show que se prolongou até a madrugada, sob a marquise do pavilhão da Bienal, e que teve como convidados o conjunto Chorinho, Luiz Gonzaga Júnior, grupo Tarancón (música latino-americana), conjunto Raízes e a Banda de Pífaros de Caruaru.

## Miguel: a categoria está contra uma sociedade totalitária

"Efetivamente, para quem assistiu um VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Porto Alegre em 1969, e trilhou paulatinamente o espaço que nos conduziu até o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, com a paciência e a coragem que nos é peculiar, pode muito bem registrar nesse evento que hoje se encerra as condições novas que enfrenta a nossa profissão.

Condições novas que não nos assustam, porque nos colocam diante de uma profissão que avança e se posiciona, que recebe no seu congresso 50% dos estudantes brasileiros



de arquitetura, na realidade de colegas de amanhã, e que recebe 1 200 arquitetos brasileiros.

Assiste-se neste IX Congresso Brasileiro de Arquitetos um trabalho de grupo e de plenário que em nada recomenda as interpretações equivocadas de alguns meios de comunicação, que deveriam nos colocar em contato mais direto com a comunidade. Custa acreditar que um conjunto de 6 mil participantes de um congresso tenha que se obrigar a ouvir, como qualificativo de sua atitude, que o que aqui se faz ou se fez foi o extravasamento de recalques acumulados em 7 anos de silêncio.

Nem aqui se procurou, através de equações mágicas, encontrar a forma mais adequada de assar o bolo das contradições ideológicas. É um equívoco dos meios de comunicação entender que aquelas alterações das estruturas econômicas, sociais e políticas, que entravam o trabalho do arquiteto no sentido de atingir os 70% da população brasileira que não tem condições de ter o seu abrigo, queiram dizer que preconizamos como ideal uma sociedade totalitária. É um equívoco entender que o que reivindicamos como satisfação

da nossa população em termos de necessidades habitacionais, de qualidade de vida das nossas cidades ou de política urbana tenham que ser, necessariamente, fruto de uma sociedade totalitária.

Ao contrário, acreditamos — e este é o testemunho deste congresso — que uma legislação de uso do solo desencorajadora da especulação imobiliária há de ter uma sociedade democrática como seu substrato.

É dessa forma que, encerrando este congresso, o fazemos como quem recomeça, como quem reequaciona, como quem dimensiona e vislumbra, desde logo, o X Congresso Brasileiro de Arquitetos, com o mesmo destino, no sentido de que possamos, ao invés de definirmos 1 200 arquitetos e 5 mil estudantes na perspectiva do futuro, de que todos nós somos arquitetos hoje.

Vale, portanto, reforçando o êxito deste IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, deixarmos nosso agradecimento à Comissão Organizadora do encontro, aos demais membros da Comissão Executiva, ao júri das exposições, aos funcionários que tornaram possível sua operacionalidade e, singularmente, à colega Sônia, secretária do IAB de São Paulo, que

soube, como atalaia e vigilante, enfrentar os dias e noites que nos trouxeram até o encerramento desse congresso.

Finalizando, também agradeço ao IAB de São Paulo, que bem soube se desincumbir de sua tarefa, outorgada pelo Conselho Superior. E, em meu próprio nome, agradeço ao Instituto de Arquitetos do Brasil e ao Conselho Superior por me ter permitido presenciar esse encontro, o responsável maior pelo equacionamento da nossa política profissional. Não me atemorizo nem me envergonho; pelo contrário, me envaideço de pertencer a essa classe e de ter participado deste congresso."

#### NOTA

(1) Em três editoriais, publicados nos dias 28, 29 e 31 de outubro, o jornal "O Estado de S. Paulo" colocou algumas críticas ao IX Congresso. No dia 28, após constatar que, "a medida que aumenta a população dos países e do mundo, e que se acentua a concentração de seres humanos nos respectivos assentamentos, tornam-se mais escassos os meios de evitar que se mantenham livres as instituições e se respeitem os direitos dos indivíduos", o jornal acrescenta: "a solução para o grave problema — como se preconizou em Estocolmo, Bucareste e Vancouver, e se apregoa hoje no Con-

gresso Brasileiro de Arquitetura — seria a "alteração das estruturas econômicas, sociais e políticas, numa indisfarçável insinuação de que os males estarão sanados no dia em que se instituir um regime totalitário de esquerda no Brasil". No editorial do dia 28, diz-se que, "extravassando recalques acumulados no decorrer de oito anos de silêncio compulsório, esses profissionais buscam equações mágicas que lhes permitam projetar e construir uma forma elástica de assar o bolo, que possa acompanhar indefinidamente o crescimento da massa expandida pelo fermento da natalidade, dentro do forno super-aquecido pelo embate ideológico. Não há dúvida que os arquitetos e urbanistas revelam algumas boas intenções, a par com doses volumosas de sectarismo político e muito desconhecimento da realidade sócio-econômica e das manobras de grupos (no âmbito nacional) e de nações (no campo internacional) com vistas à conquista do poder".

Finalmente, no editorial do dia 31, o jornal diz ter prevalecido o "bom senso" no final do Congresso, "com a rejeição de documento que propunha 'alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas' e com a aprovação de uma tese segundo a qual a atividade profissional do arquiteto só pode ter seus limites estabelecidos a partir de uma compreensão geral da sociedade brasileira, segundo seu modo predominante de produção — o capitalismo — com todas as suas relações sociais específicas."

# Premiação

Na exposição, muitos arquitetos e oito escolas se destacam



O júri do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, formado por Jorge Moreira (IAB-RJ), Cláudio Luís Araújo (IAB-RS), José Filgueiras Lima (IAB-DF), Acácio Gil Borsoi (IAB-PE) e José Cláudio Gomes (IAB-SP), decidiu premiar os seguintes trabalhos: **Categoria A** (trabalhos de departamentos, seções e núcleos do IAB) **Rio, Cidade Agredida**, do IAB do Rio de Janeiro

**Categoria B** (prêmio para conjunto de trabalhos de um arquiteto ou de um grupo de arquitetos, com mínimo de cinco projetos)

**Conjunto de cinco obras realizadas:**

Na premiação foram destacadas novas formas de atuação do profissional e estimulado o trabalho criativo dos estudantes.

— arquiteto Décio Tozzi  
— arquitetos João Walter Toscano, Massayoshi Kimimura e paisagista Odiléia Helena Setti Toscano.

**Conjunto de projetos de programação visual e desenho industrial:** arquitetos João Carlos Cauduro, Ludovico Antonio Martino e equipe **Categoria C** (prêmio para projetos individuais de um arquiteto ou de um grupo de arquitetos)

**Projeto de Recuperação Urbana — Vila Iitororó — Bela Vista, SP:** arquitetos Benedito Lima de Toledo, Cláudio Tozzi e Décio Tozzi.

**Projeto Ecológico do Tietê/Grande São Paulo:** arquiteto Ruy Ohtake e equipe.

**Projeto Morada Nova — planejamento físico — plano geral dos assentamentos e conjuntos habitacionais/Ceará:** arquiteto Nelson Serra Neves e colaboradores arquitetos José Alberto de Almeida e Ebne Martins Ferreira.

**Menções Honrosas**

**Projeto 13 de Maio:** arquitetos Dalton de Luca, José Roberto P. Graciano e Ricardo Itsumo Ohtake (SP).

**Projeto Feira Livre — Esporte:** arquitetos Maria Narcisa A. Cordeiro e Jacira Rosa Pires (Goiânia)

**Trabalhos de Estudantes**

1) **FAU da Universidade Mackenzie (SP)** — Trabalho: "As influências sócio-político-econômicas na Arquitetura Colonial de Parati". Equipe: Maria Helena Doneaux, Maria Silvia Ferraz Lopes, Rosângela Lima e Sônia Maria Oliveira.

2) **Universidade Federal de Pernambuco** (Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes). Trabalho: "Natureza Espoliada". Equipe: estudantes de Planejamento III.

3) **FAU da Universidade Federal do Paraná.** Trabalho: "Paisagem Urbana/Curitiba" (audiovisual). Equipe: Elói Fávero, Carlos Hardt, Letícia Perret Antune, Liana Vallicelli, Eliza Kumagai, Elídio Werka.

4) **Universidade de Brasília** (Instituto de Arquitetura e Urbanismo). Trabalho: "Coordenação Modular". Estudante H. Lauriário Dias.

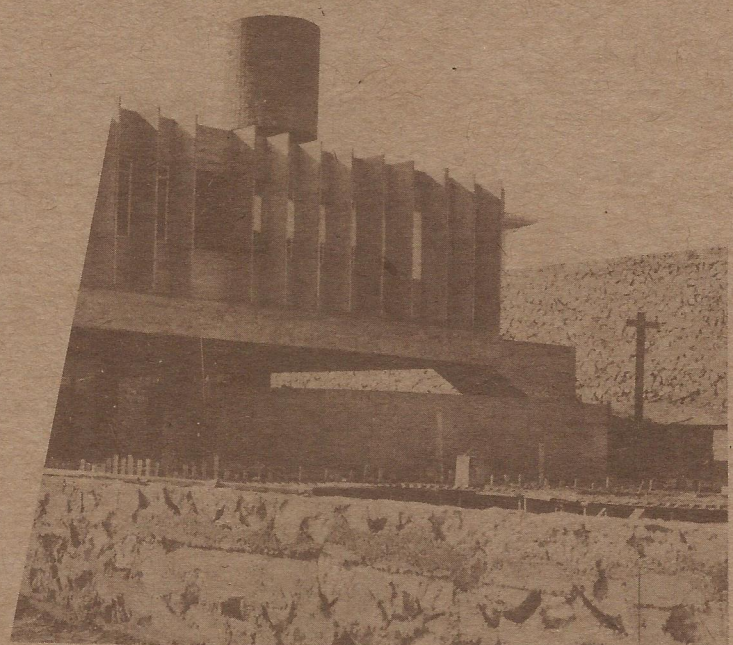
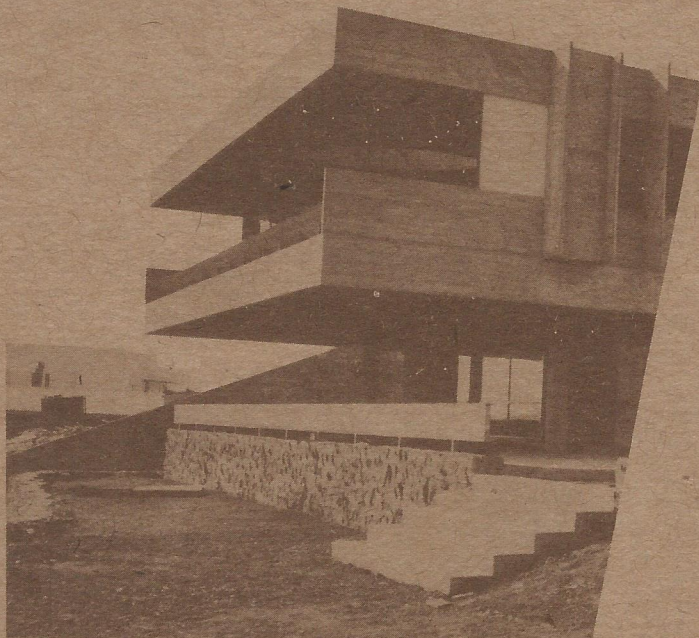
5) **Universidade Federal do Ceará** (Curso de Arquitetura e Urbanismo). Trabalho: "Cidade Industrial, 45 mil habitantes". Equipe: Branca Regina Guerreiro Tavares, Lana Araújo Bandeira Barbosa, Nélia Rodrigues Romero, Silvana Vieira Cruz.

6) **FAU da Universidade de São Paulo:** Trabalho: "Creche/Escola em Serra Negra". Estudante Helena Silva.

7) **Universidade Federal da Bahia.** Trabalho: "Estudo dos Problemas Físico-Ambientais do Nordeste de Amaralina". Equipe: alunos das disciplinas de Planejamento V e Planejamento VI do Departamento III; Teoria e Prática do Planejamento.

8) **FAU "Farias Brito"** (Guarulhos-SP). Trabalho curricular dos estudantes do 3.º semestre, realizado em 1976.

**Obs.: no próximo número, publicaremos matéria sobre os trabalhos premiados na exposição.**



## PRO OBRA

Responsáveis  
Arq. José Francisco de Sá Antonio  
Nelson Vitorino

Pro Obra Arquitetura e Construção Ltda.  
Alameda Tietê 612  
Telefone 853 1795  
01417 São Paulo

No relatório final, uma síntese dos debates do Congresso



Os trabalhos do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos constituíram um marco na retomada dos debates entre profissionais e estudantes. A intensidade e a profundidade dos debates atestaram a necessidade permanente da discussão ampla e democrática dos problemas que afetam a profissão do arquiteto e reafirmaram a crença de todos os participantes na necessidade da liberdade de expressão.

Após sete anos de silêncio, a ênfase geral das discussões foi naturalmente voltada para a caracterização das relações entre a produção arquitetônica e o cenário econômico, social e político em que ela se manifesta.

Reconhecendo que a maioria da população brasileira permanece à margem dos benefícios gerados pelo seu próprio trabalho, o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos afirma a necessidade de os arquitetos aprofundarem cada vez mais a luta por melhores condições de vida ao lado dessa maioria. Assim se afirmará a produção arquitetônica voltada para a coletividade, com as características humanísticas e estéticas que lhe são inerentes.

O fortalecimento das entidades representativas dos arquitetos constitui condição fundamental para assegurar a firmeza e unidade na defesa da profissão. E, desse modo, devem ser ampliadas também as iniciativas de relacionamento direto com setores representativos da comunidade. As experiências realizadas por alguns departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil devem ser sistematizadas e estendidas a todas as instituições ligadas à profissão e formação do arquiteto no país.

No campo da formação profissional, o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos preconiza a retomada de um amplo debate nacional sobre as condições de ensino da profissão. Sendo sempre o projeto resultado da experiência anterior, deve-se condenar os esquemas preconceituosos de pensar e agir.

O exame das questões gerais que devem informar os princípios de uma política profissional resultou em um conjunto de moções e recomendações finais que refletem a consciência do conjunto do plenário em relação aos problemas mais candentes da atuação profissional do arquiteto, enquanto atividade criadora.

São salientados a seguir seus aspectos fundamentais:

**Reconhecendo** os prejuízos à classe e à sociedade acarretados pela atividade irregular do exercício profissional, deve-se exigir o cumprimento efetivo das disposições legais que regem o exercício da profissão do arquiteto, independentemente de distinções de sexo ou classificação profissional, no que se refere aos vínculos trabalhistas e estágios.

**Verificando** a importância de se ampliar continuamente o campo da atuação profissional do arquiteto, como uma das formas de atuação mais efetivas na solução dos problemas da comunidade, recomenda-se a criação de mecanismos de divulgação do trabalho do arquiteto bem como de mecanismos que promovam a extensão dos serviços profissionais a uma ampla camada da população brasileira que constrói, com enormes sacrifícios, sua habitação isolada.

**Reconhecendo** que a delapidação de

nosso patrimônio histórico e ambiental, como aquela prestes a ocorrer na área do Porto do Recife ou do Forte de Copacabana, representa um atentado contra os valores culturais da humanidade, reafirma-se nossa firme disposição de luta em defesa do patrimônio nacional, consolidando, mediante amplo debate, os conceitos e critérios de seleção e uso dos bens preservados.

**Constatando** que, das 30 escolas de arquitetura do país, 11 não foram ainda reconhecidas, com prejuízos evidentes a milhares de estudantes, muitos dos quais com cursos já concluídos, exige-se uma urgente solução para o problema, com a participação efetiva dos corpos docente e discente, com a garantia da qualidade de ensino.

**Reconhecendo** a necessidade de aperfeiçoar a formação profissional do arquiteto, recomenda-se a abertura de discussões amplas nos departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil, escolas e demais entidades concernidas, a respeito dos problemas das especializações, tendo em vista a necessidade de se promover a unicidade da formação profissional e a uniformidade nacional em relação ao campo de trabalho e de atribuições do arquiteto. E, finalmente,

**Constatando** a importância do respeito às liberdades e direitos humanos manifestos pelo plenário, afirma-se o repúdio às medidas de exceção vigentes no país, impondose, em nome da liberdade e da cultura, a revogação do Ato Institucional n.º 5, do decreto-lei 477 e seus sucedâneos.

(arquiteto Pedro Taddei — Relator Geral)

## No Grupo 1, o trabalho rendeu, mas o relatório final foi rejeitado

Durante os dois dias e meio em que esteve reunido, o Grupo 1 — “A situação do arquiteto” — teve uma intensa participação de arquitetos e estudantes e, nos debates, evidenciou-se as dificuldades de atuação da categoria na atual conjuntura econômica, social e política do país. O conjunto dos trabalhos apresentados permitiu entrever os problemas que os arquitetos vêm enfrentando no seu relacionamento com os órgãos de decisão governamental e os entraves colocados aos projetos voltados para os reais interesses das comunidades.

Das teses atribuídas ao grupo, uma foi rejeitada (“Moção Paulista ao IX Congresso”), uma foi encaminhada para o plenário que discutia “As realizações dos arquitetos” (“O sentido do passado para os arquitetos”, de Sá Earp) e as restantes foram aprovadas: “Mercado de trabalho e o arquiteto jovem”, do arquiteto Oswaldo Nery; “Em busca dos limites”, de uma equipe de arquitetos paulistas; “Situação atual do arquiteto”, do IAB da Bahia; “Da competência das Câmaras de Vereadores para modificar projetos ou planos originais da atribuição exclusiva de profissionais legalmente habilitados”, do IAB de Santa Catarina; e “Direitos e deveres de autoria”, também do IAB-SC.

Apesar do intenso clima de discussão havido no Grupo 1, o seu relatório final acabou sendo rejeitado pela plenária do Congresso, após inúmeras intervenções de seus participantes. Falando como um dos arquitetos que participou das discussões do grupo, Roberto Gonçalves da Silva (SP) disse que o documento final apresentado não correspondia às resoluções aprovadas e solicitou que ele fosse refeito “para englobar as conquistas feitas durante os trabalhos, que não estão bastante explicitadas”.

Procurando esclarecer a questão, o presidente do Grupo 1, Jurandir Nogueira (MT), explicou que o relatório final era sucinto porque foi feita uma solicitação no sentido de reduzi-lo ao máximo. E afirmou que, se o plenário quisesse, o relator do grupo faria uma extensa exposição dos trabalhos lá apresentados.

A seguir, o presidente da mesa, Carlos Maximiliano Fayet (RS), esclareceu que,

Em plenário foram debatidas seis teses, sendo que quatro aprovadas, uma recusada e uma remetida ao grupo dois, devido ao fato do seu conteúdo ser considerado inadequado ao tema original. Foi também aprovado, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do pintor Di Cavalcanti.

As teses aprovadas mostram que a situação do arquiteto brasileiro, indo de encontro à análise de seus trabalhos para definir diretrizes de um política de atuação para a profissão, constatam que o pensamento arquitetônico dominante é considerado mistificador.

Também, não se pode ocultar as apreensões e angústias no meio profissional pelos prejuízos materiais e morais que vêm acarretando a quantos lutam para produzir o melhor nos campos da arquitetura e do desenvolvimento urbano, o desrespeito por parte de colegas e de entidades estranhas, aos direitos e deveres de autoria, definidos e assegurados por lei. Recomenda-se aos sindicatos e departamentos do IAB e de Inspetoria dos CREAs de todo o país:

- o máximo empenho e rigor no julgamento das infrações do Código de Ética;
- revisão da resolução 218/73;
- campanha promocional de valorização do arquiteto;
- recomendações aos escritórios de arquitetura que mantêm arquitetos nos



embora entendesse como legítima a idéia de que as resoluções aprovadas estivessem consubstanciadas no documento final, a mesa não poderia tomar a iniciativa de pedir ao relator que refizesse seu trabalho; caberia aos participantes do plenário fazer propostas de modificação. Fazendo uma intervenção, o arquiteto Ari Vicente Fernandes (SP), se perguntou até que ponto o relatório final expressava as conclusões do grupo, para acrescentar a seguir: “se expressar, alguns de seus pontos conflitam com as conclusões apresentadas pelo Grupo 3; a ênfase dada pelo Grupo 1, pelo menos ao nível deste relatório, está muito mais relacionada com o controle do exercício profissional do que com o verdadeiro tema que era objeto de discussão, a situação do arquiteto”. E finalizou, afirmando que, se o Grupo 1 pretendia apresentar conclusões sobre a real situação da categoria, não deveria ter enfatizado tanto “aspectos meramente legislativos, na medida em que eles fazem parte de um contexto bem mais amplo”.

### Mais condensado

Voltando a esclarecer o plenário, Jurandir Nogueira disse que seu grupo colocou em debate todas as teses apresentadas e se fez um relato inicial. Posteriormente,

seus quadros de funcionários, a divulgação dos nomes dos mesmos em todo trabalho executado;

e) estudos das profissões paralelas à arquitetura;

f) fiscalização rigorosa na assinatura de projetos e conscientização dos arquitetos ao assinar os mesmos;

mente, a comissão de redação de teses pediu que ele fosse mais condensado, trabalho efetuado pelo relator. Depois de insistir que os relatos parciais refletiam realmente o teor das teses, Jurandir afirmou que, se o documento final não estivesse sendo fiel a eles, gostaria de lê-los em plenário, “para não colocar em cheque a atuação do Grupo 1, pois não queremos mascarar nada do que foi debatido lá”.

Numa questão de ordem dirigida à mesa, o arquiteto Ruy Gama (SP) propôs que todos os que discordassem do relatório final apresentassem emendas, propostas de substituição ou de eliminação. E, “contribuindo concretamente para a solução do impasse”, apresentou uma proposta de se substituir o termo “profissões paralelas”, do item g do documento, por “profissões cujas atribuições se superponham à do arquiteto”.

Consubstanciando uma proposta que já havia feito ao plenário, a arquiteta Maria Tavares (SP) sugeriu que o relatório do Grupo 1 fosse suprimido e endossado o conteúdo do relatório do Grupo 3, “por refletir o espírito básico que norteou as discussões do Grupo 1”.

Colocados em votação, o relatório final, a emenda de Ruy Gama e a proposta de Maria Tavares, o plenário (arquitetos e estudantes) optou pela última.

g) atuar junto aos poderes políticos a fim de abolir a criação de profissões paralelas à do arquiteto;

h) propor novos currículos às escolas, que permitam melhorar a capacitação profissional dos futuros arquitetos.

(Relator: Carlos Roberto Reple)

### Nas duas próximas edições

A campanha sucessória para a direção nacional do IAB/Os projetos premiados na Exposição Nacional de Arquitetura/As análises do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos/História e estórias do jornal diário/O livro de Joca Serran, “O IAB e a Política Habitacional”/O lançamento e o programa dos “Cadernos Brasileiros de Arquitetura”/A exposição de materiais de construção e serviços/A reunião de Brasília/A cobertura da imprensa no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos.

Participe da campanha de assinaturas do  
**ARQUITETO**

## Relatório: Grupo 1

## Grupo 2: pouco espaço, muito calor, poucas teses, mas alto nível de debate

Apesar do número de participantes de cada um dos grupos de trabalho exceder em muito as dimensões das salas reservadas para reunião, foi o Grupo 2 — “As realizações dos arquitetos” — que teve, pelo menos de início, as maiores dificuldades. Durante toda a manhã do dia 26, inúmeros arquitetos e estudantes acabaram por desistir de entrar no plenário; os que optaram por ficar, comprimiram-se na sala abarrotada, sob um calor asfixiante.

Lamentando a falta de espaço para desenvolver os trabalhos, o arquiteto Henrique Behrens (RJ), vice-presidente da mesa, disse que, como os estudantes eram maioria absoluta e chegavam ao pavilhão da Bienal antes de muitos arquitetos, “a participação mais ativa dos profissionais já formados nas discussões ficou bastante prejudicada”.

Mesmo enfrentando esse tipo de problema o Grupo 2 levou uma vantagem sobre os demais pois tinha apenas quatro teses para analisar. Durante a sua discussão houve cerca de 200 intervenções dos participantes “o que prova o grande interesse pelo debate”, segundo Luiz Paulo Conde (RJ), presidente do grupo.

Fazendo um balanço do trabalho desenvolvido, durante a assembléia que os arquitetos tiveram com a Comissão Executiva do Congresso na tarde do dia 28, Conde analisou o encaminhamento de cada uma das teses. O trabalho do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul sobre a criação do Departamento de Desenvolvimento Profissional da entidade (o DDP), teve várias moções, entre elas a de que os IABs e Sindicatos ampliem sua intervenção na defesa não só dos profissionais, mas também dos estagiários. Segundo Conde, a moção do IAB de São Paulo ao IX Congresso foi discutida durante uma primeira instância e o debate prolongou-se até o dia seguinte, convidando-se representantes do Departamento para discuti-la, conjuntamente, em plenário; mas isso não aconteceu e a tese acabou sendo rejeitada.

O trabalho do arquiteto Alfredo Sá Earp — “O sentido do passado para os arquitetos” — suscitou um debate muito rico, de acordo com Conde. Por fim, formou-se uma comissão de cinco pessoas (o autor da tese e mais quatro pessoas que intervieram nos debates) para apresentar na plenária do Congresso uma moção que reunisse os aspectos mais positivos de ambos os lados.

A quarta tese, uma publicação de técnicos cearenses do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) sobre planejamento de comunidades rurais, também despertou bastante interesse e recomendou-se que experiências desse tipo sejam incentivadas em todo o país. Com exceção da moção paulista, os três trabalhos restantes foram aprovados.

### Patrimônio Histórico

Após a aprovação do relatório final do Grupo 2 pelo plenário do Congresso, entraram em discussão duas propostas divergentes da comissão criada dentro dele para elaborar uma moção que reunisse o teor dos debates sobre a questão do patrimônio histórico. Um dos membros da comissão — o arquiteto Edeval Bolanho (SP) — propôs que o IX Congresso recomendasse o acatamento das recomendações nacionais e internacionais sobre a preservação de bens culturais; os restantes — arquitetos Sá Earp, Isabel, Ricardo Jmelnitzky e Luiz Gonzaga — apresentaram a moção que acabou sendo aprovada sobre a necessidade dos IABs aprofundarem discussões em torno de alguns pontos básicos sobre patrimônio histórico (ver texto completo nas moções aprovadas).



Intervindo nos debates, o arquiteto Luiz Gonzaga lembrou ao relator do Grupo 2 dois aspectos importantes colocados durante suas reuniões e que não constavam do documento final: que o Grupo havia decidido aceitar a tese de Earp, mas fazendo restrição à clareza de seu texto; e a afirmação de um arquiteto argentino de que, nos estudos das civilizações, verifica-se que os monumentos preservados são sempre símbolos das classes dominantes, embora a arquitetura não seja apenas o edifício monumental, mas também as construções populares, representantes da cultura de um povo.

Dizendo que sua posição coincidia com a de Gonzaga, Sá Earp afirmou que os IABs deveriam questionar o tipo de preservação que se faz e citou como exemplo o caso da Igreja Nossa Senhora da Paz, do Rio de Janeiro: “para mim, ela não seria um monumento representativo, historicamente e, no entanto, a comunidade vem fazendo grande esforço para mantê-la de pé”.

Depois de lembrar a luta que o IAB desenvolveu pela preservação dos bens culturais do país, à qual disse estar associado, o arquiteto Ruy Gama (SP) encaminhou contra a votação da proposta de

que os IABs aprofundem o debate em torno da questão do patrimônio histórico. Mesmo considerando sempre oportuna a retomada das discussões de assuntos desse tipo, ele se colocou contra a moção por acreditar que ela era restrita, enquanto a outra ampliava mais o debate.

Segundo Ruy Gama, a proposta continha um detalhe que não ficava claro: a contradição criada pelo conceito de patrimônio histórico e pela política dos órgãos de preservação. Para ele, dever-se-ia inverter a colocação, isto é, se não seria a existência de certas políticas e modelos econômicos que vêm prejudicando a preservação do patrimônio.

Ao encaminhar favoravelmente a mesma proposta, Luiz Paulo Conde (RJ) disse que, no Rio, vê-se várias obras serem demolidas sem que o Patrimônio Histórico faça qualquer pronunciamento e, quando isso ocorre, é no sentido de que a obra não tem valor arquitetônico. Em função desse tipo de problema, Conde disse acreditar na necessidade de que se debata inclusive a política dos órgãos encarregados da preservação do patrimônio.

## ESCRITÓRIO JACOBINA Assessoria Fisco-Contábil-Tributária



Especializado em todos os serviços  
relacionados às sociedades civis e  
profissionais autônomos

Av. Ipiranga, 879, 8.º andar - cjtos. 87 e 88  
Fones: 35-2436 e 32-8967 - São Paulo



## Relatório: Grupo 2

A temática apresentada e discutida em plenário pelo Grupo 2, dentro do tema "As realizações do arquiteto", abrangeu uma série de tópicos que envolvem desde a participação do arquiteto na solução de espaços físicos até a formulação de conceitos teóricos, que envolvem as realizações do arquiteto bem como mecanismos de funcionamento da atividade profissional.

Na abordagem do trabalho do arquiteto, os debates tiveram como ponto de partida experiências vividas na área do planejamento de comunidades rurais, com enfoques de caráter conceitual e de caráter prático, conforme tese aprovada em plenário e desenvolvida no Ceará. A partir do momento em que o profissional de arquitetura foi instado a dar sua colaboração em um projeto interdisciplinar. O resumo dessas experiências foi enfeixado no que se constituiu uma proposta de Metodologia, motivada, entre outras, pelas seguintes preocupações:

- 1 — A transformação gradual da atividade do arquiteto, cada vez mais voltada para os problemas da comunidade e atingindo áreas ainda pouco exploradas;
- 2 — A visualização do problema de uma maneira global, permitindo ao profissional de arquitetura o equacionamento em termos físicos das propostas dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar;
- 3 — A contraposição de um projeto na-

cional ao projeto importado e a consequente defesa do mercado de trabalho;

- 4 — Um alerta à universidade, no sentido de melhor adequar o ensino às necessidades regionais;

- 5 — O estudo da tecnologia e dos materiais tradicionalmente empregados na arquitetura popular do Nordeste, buscando o seu emprego na solução arquitetônica, dentro de uma perspectiva de utilização da mão-de-obra local e de uma visão ecológica.

Por outro lado, foi de consenso geral do plenário que a implantação das referidas comunidades rurais é positiva e devem ser incentivadas em escala nacional, pois, mesmo tendo aspectos contraditórios, possibilitam uma conscientização política dos problemas que as envolvem.

Estes, em síntese, os aspectos mais importantes do trabalho no Ceará.

Dos debates desenvolvidos no plenário do Grupo 2, houve consenso no sentido de que esta participação do profissional reflete uma atividade nova nas realizações do arquiteto, mas que também é importante a avaliação de todo um passado de realizações, que marcam a formação social e a atividade do Homem, sua vinculação com o processo histórico, a validade de seus feitos, a herança legada aos descendentes e a preservação de todo patrimônio histórico, a partir de uma necessidade coleti-

va e determinada pelas condições culturais.

A arquitetura imigrada com seu realizador, apresentada em plenário como contribuição aos debates sobre monumentos históricos, traz ao conhecimento geral um dos tantos estilos arquitetônicos que marcaram o início de nossa colonização: o alemão. Esta arquitetura, a partir de seu início, passa a fazer parte da própria arquitetura brasileira, principalmente por ter se adaptado em sua caracterização espacial ao novo meio. Como símbolo de uma época, tornou-se a arquitetura teuto-brasileira — como também a arquitetura italiana e a portuguesa — monumento histórico e, como tal, foi consenso geral nos debates do Grupo 2 a recomendação da preservação desta arquitetura a partir de um estudo aprofundado de seu significado.

Quanto a uma noção mais prospectiva das realizações do arquiteto, o plenário aprovou e recomendou a criação de departamentos nos Sindicatos e IABs, que coordenem a atuação do arquiteto dentro do mercado profissional.

A recomendação se baseia na proposta de criação de tal departamento no SAERGS como uma das respostas aos problemas levantados na pesquisa realizada sobre a situação do arquiteto no Rio Grande do Sul, tais como: pequena atuação do profissional na comunidade, a situação do arquiteto como assalaria-



## No Grupo 3, discussões acaloradas e relatório final muito elogiado

Um dos debates mais concorridos no Grupo 3 foi o da manhã do dia 28, quando a moção paulista ao IX Congresso voltou ao plenário para nova discussão. Na tarde do dia anterior, uma delegação do IAB-SP havia comparecido ao grupo para explicar como a tese do Departamento havia sido elaborada e esclarecer as dúvidas. Depois do arquiteto Júlio Katinski, que coordenou a elaboração da tese, defender o trabalho, dizendo que ele foi o resultado de uma pesquisa feita entre inúmeros arquitetos paulistas e refletia, portanto, suas opiniões, o plenário decidiu reencaminhar o documento ao debate.

No dia seguinte, a proposta de rejeição do trabalho foi defendida por quatro arquitetos, cujas colocações podem ser sintetizadas em duas das intervenções. Para o arquiteto Benito Sarno (ex-presidente do IAB Nacional e membro do IAB-BA), o fato da tese não ter sido aceita anteriormente por três grupos de trabalho mostrava que ela não refletia a opinião da categoria.

Para o arquiteto Silvio Sawaya, o momento vivido hoje pelo país não comporta posições ambíguas, mas sim uma colocação firme e lúcida frente à realidade. "A sociedade está dividida em classes sociais e os arquitetos fazem parte da pequena burguesia. Enquanto

profissionais e técnicos, participam da faixa superior da população, basicamente por dois motivos: estão entre os que têm renda mais alta no país e porque, pela natureza de seu trabalho, têm maiores condições de influir nas decisões. Mas, como profissionais, estão associados às classes dominantes".

Desenvolvendo seu raciocínio, Sawaya disse que, no congresso, duas posições pareciam ter ficado bastante claras. "A de que os arquitetos devem estar junto ao povo na luta pela emancipação, que ele próprio dirigirá (até agora, ninguém se manifestou contrário a esse ponto de vista no encontro). A segunda colocação é a de que todos nós — inclusive os estudantes de arquitetura — estamos preocupados em definir as condições em que exerceremos nossa profissão e os critérios que, a partir deste congresso, devem orientar a atuação do IAB e dos Sindicatos. É desses dois elementos e baseados na análise anterior da realidade nacional, que devemos conduzir nosso debate e não no plano de briguintas internas, fechadas, típicas das classes privilegiadas".

Após essas intervenções, a moção paulista foi rejeitada pelo plenário, que iniciou a seguir a análise da tese "Em busca dos limites", preparada pelos arquitetos paulistas Daniela Affonso, Nazare-

no Affonso, Nelson Popini Vaz e Roberto Gonçalves da Silva.

### Discussão coletiva

Para elaborar esse trabalho, a equipe partiu de uma preocupação básica: "os arquitetos têm ficado presos a posições individualistas" e não conseguiram "somar as forças necessárias ao encaminhamento objetivo da discussão coletiva, hoje necessária". Desse modo, o objetivo da tese foi o de "referenciar uma discussão desmistificadora, que possibilite a afirmação dos interesses da totalidade dos arquitetos", no estabelecimento de sua política profissional, "a partir do esclarecimento dos limites decorrentes da inserção da atividade do arquiteto no modo de produção dominante atual".

De acordo com a equipe, buscou-se, a partir de referências documentadas, "estabelecer os conceitos que efetivamente contribuíram para constituir o pensamento arquitetônico dominante", que ela considera mistificador. Sua posição é a de que se deve "compreender a arquitetura enquanto produção específica dentro da produção global da sociedade brasileira".

Depois de delimitar essas características de seu trabalho, a equipe propôs ao plenário que as discussões se cen-

do, a pouca clareza da legislação profissional, etc.

A proposta coloca a tarefa do departamento no sentido de ampliar o campo de atuação do arquiteto como uma das formas de participação mais efetiva na solução dos problemas da comunidade. O departamento deverá divulgar amplamente, junto a esta comunidade, as atribuições do arquiteto, conquistar novas fontes de atividade e esgotar as potencialidades das existentes.

O departamento propõe o encaminhamento e a colocação do arquiteto no mercado de trabalho, efetuando os contatos do profissional com o cliente e dando assessoramento ao exercício profissional nos problemas referentes às questões trabalhistas de honorários e de ética profissional.

Nos debates foram anotadas, ainda, as seguintes recomendações:

1 — Constatada a disparidade de remuneração entre arquitetas e arquitetos, recomenda-se que, pela divulgação, valorize-se o trabalho da mulher nas mesmas condições que o trabalho do homem, reivindicando paridade de salários e igualdade de tarefas;

2 — Que sejam aprofundados os estudos referentes às relações de emprego dos estagiários, procurando criar normas e remunerações mínimas, bem como definindo melhor o tipo de prestação de serviço pretendida pelo estudante,

criando condições para uma atuação sem aviltamento. O trabalho desenvolvido pelo estagiário deve representar algo importante na sua formação profissional;

3 — Os IABs e os Sindicatos devem definir melhor, dentro dos CREAs, as atribuições dos profissionais na área do projeto, como forma de aumentar as possibilidades de trabalho para todos os arquitetos e corrigir as distorções existentes;

4 — Que os fundos de assistência aos municípios deveriam prever, em suas dotações, verbas destinadas à contratação de arquitetos para suprir as necessidades de planejamento nas prefeituras carentes de recursos, devendo não somente estimular as empresas de planejamento de caráter permanente, mas também formas de trabalho transitórias com equipes móveis, dinamizando e viabilizando este tipo de prestação de serviço;

5 — Finalmente, foram recomendados estudos no sentido de proteger o trabalho do profissional, procurando que sejam respeitados os projetos realizados pelos arquitetos, evitando o desperdício constante da atividade profissional com a incidência e superposição de diversos trabalhos para a mesma finalidade.

(Relator: Sérgio Corvello Rodrigues)



tralizassem em três pontos principais: a) a compreensão concreta da arquitetura só é possível a partir do quadro mais amplo do processo de produção brasileiro, no seu atual estágio de desenvolvimento; b) a atividade de projetar, enquanto produção específica, indiretamente produtiva, faz a mediação entre a intenção e a realização, associando portanto força de trabalho e tecnologia; c) a intenção inerente ao projetar não pertence ao profissional, mas sim aos interesses dominantes.

Após os debates, essa tese foi aprovada, juntando-se ao grupo de trabalhos aceitos pelo Grupo 3: tese do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul sobre "moradia econômica"; parecer do SAERGS sobre "Tabela de Honorários"; tese paulista "Esquema Lembrete de Grande Razão"; trabalho do IAB da Bahia sobre a "Situação atual do arquiteto"; tese do arquiteto mineiro Oswaldo Nery sobre "O arquiteto e sua atuação profissional"; e trabalho do IAB do Rio sobre participação da população nos diversos níveis de decisão.

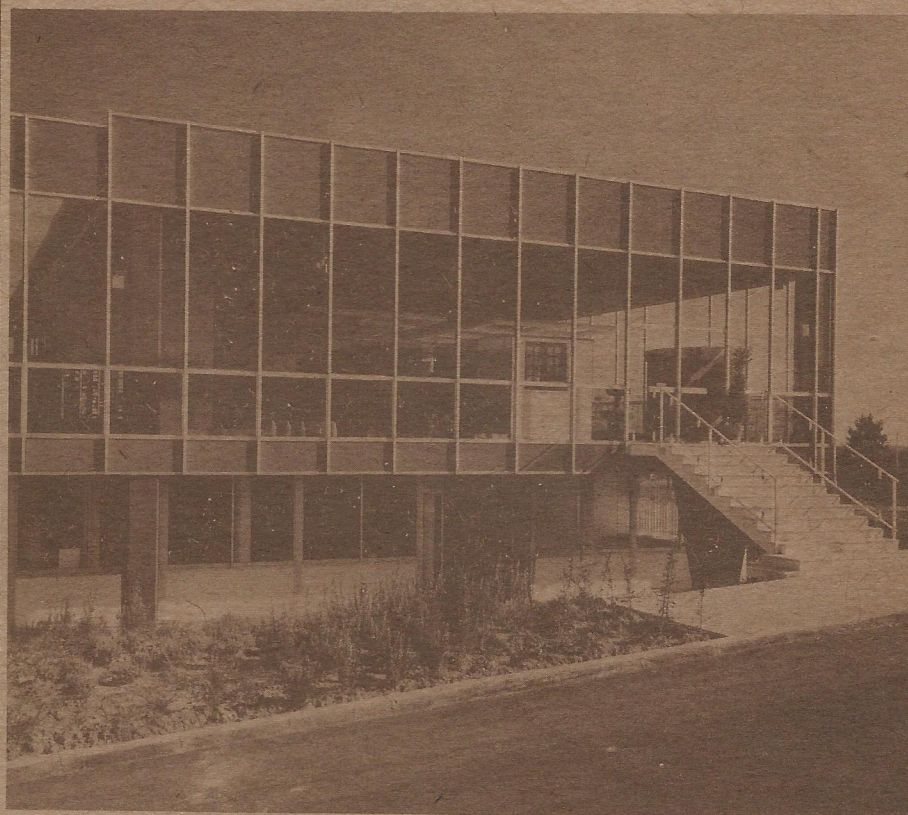
#### Relatório aprovado

No dia seguinte, antes que o plenário geral do congresso (arquitetos e estudantes) aprovasse o relatório final do Grupo 3, dois arquitetos fizeram sua de-

fesa. Após homenagear os participantes, a mesa e, principalmente, o relator do grupo (pela sua capacidade de sintetizar tudo o que foi debatido), o arquiteto Sílvio Sawaya afirmou que o congresso estava entrando na fase de verificação do que uma atividade coletiva, como a que se desenvolveu durante cinco dias, podia gerar de propostas e documentos da maior importância para o IAB e para a categoria nos próximos 10 anos.

Para Sawaya, apesar dos desníveis regionais e de renda que o atual modelo de desenvolvimento econômico tem provocado no país, o importante é buscar sua superação, formulando uma política única para que a classe possa caminhar na próxima década.

Afirmando concordar basicamente com tudo o que Sawaya colocou, o arquiteto Clovis Ingelfritz, presidente do Sindicato do Rio Grande do Sul, enfatizou que o relatório era algo de novo em termos de documento tirado em congressos da categoria pois, a partir de uma análise profunda da situação atual do arquiteto dentro da sociedade brasileira, ele trazia algumas novas linhas de ação para que a categoria desenvolvesse um trabalho no sentido de conquistar as posições que há tantos anos defende e que estavam contidas no início do relatório.



## Não se limite às esquadrias convencionais. Use a liberdade do sistema Technal.

Adotando o sistema Technal, você se sente muito mais livre para abrir vãos e aberturas conforme desejar.

Technal não limita a criação porque é um sistema universal de construção, baseado em perfis de alumínio, que exige uma quantidade mínima de perfis polivalentes e alguns poucos acessórios.

A montagem é rápida e o resultado, seguro.

Você pode projetar gradis, fachadas, portas, janelas dos mais variados tipos, divisórias, vitrinas e móveis, pensando na beleza e deixando de lado as limitações impostas pelas esquadrias comuns.

Além do mais, o sistema Technal atende a normas internacionais de segurança. Os perfis são tratados com anodização de 15/20 microns e os acessórios são de alumínio anodizado ou aço inoxidável.

Technal, mais que um produto, é uma solução nova, sempre mais vantajosa quando especificada logo no início do projeto e não como substitutivo de outros perfis.

Assim, você obterá de Technal todas as vantagens que ele oferece.



**TECHNAL® - SISTEMAS PARA CONSTRUÇÃO**

ARCHITECTURAL ALUMINIUM SYSTEMS  
Rua Itápolis, 523 A - Tel. 256-5184 - SÃO PAULO - SP

## Relatório: Grupo 3



Para a definição, nos dias atuais, de uma política profissional que diga respeito aos interesses reais da maioria dos arquitetos, precisamos superar alguns enfoques com que abordamos a nossa problemática; por um lado, aqueles que, vinculados a épocas anteriores, voltavam-se para a solução da contradição entre a arte e a técnica e a afirmação do papel do artista como sintetizador das aspirações mais profundas da sociedade e também viabilizador de soluções nos seus campos específicos; por outro, as teses tecnocráticas, que colocam o arquiteto como "o agente do reencontro e da redentora transformação dos obje-

tos que, acima da política, encarrega-se de transformar a sociedade e de construir a sociedade livre, democrática e feliz, na cidade feliz".

No momento atual, quando a profissão de há muito conquistou o seu estatuto de profissão liberal, o que caracteriza a sua prática é o desfavorecimento do exercício autônomo de qualquer ocupação, por sua inserção na competição do mercado de serviços do setor terciário, características da atual fase da nossa sociedade. O conceito "comunidade profissional" já não se presta para explicar a situação atual da profissão. As relações de trabalho no mercado profissional caracterizam uma absorção diferenciada dos arquitetos por este mesmo mercado.

O processo de crescimento econômico em curso no país trouxe como consequência a concentração da produção arquitetônica no Estado e nas grandes empresas de projeto, muitas das quais dirigidas por arquitetos. Esta produção é levada a cabo por um grande contingente de profissionais derramados em massa pela universidade no mercado de trabalho, em regime de assalariamento, situação que já predomina atualmente, com tendência a se acentuar.

Podemos afirmar que o trabalho do arquiteto — o projetar — pressupõe uma intenção, ou melhor, um designio, mas na realidade este não pertence à individualidade do "artista", e sim, re-

pousa na racionalização necessária ditada pelos interesses dominantes do modo de produção, portanto, no processo parcelar de construção dos espaços físicos necessários; baseia-se em relações definidas sobre as quais prevalece o interesse dominante dos proprietários dos meios de produção. Ao contrário do que se pretendia denominar "povo brasileiro" em algumas circunstâncias históricas, a população não é uma massa informe mas constitui-se em classes e segmentos de classe, com seus objetivos específicos e antagônicos.

Portanto, a atividade dos profissionais arquitetos tem seus limites e estes só podem ser compreendidos a partir da própria compreensão geral da sociedade brasileira, segundo seu modo predominante de produção, qual seja, o modo capitalista, com as suas relações sociais específicas no momento atual pois, caso contrário, manteremos a mistificação que só pode conduzir a posições ilusórias quanto ao papel do arquiteto na sociedade. Desta forma, a construção dos espaços físicos necessários ao abrigo das atividades sociais, fundamentalmente econômicas, acompanha o processo de produção, evidenciando o controle efetivo dos interesses ditados pelo capital, segundo suas necessidades dominantes.

Reconhecendo que, nestas condições, a maioria da população brasileira se encontra marginalizada dos benefícios

## Grupo 4: muitas teses, poucos arquitetos e importantes conclusões



Mesmo tendo que analisar o maior número de teses do congresso (15), o Grupo 4 — "A formação do arquiteto" — conseguiu coordenar democraticamente os debates e ter a participação disciplinada de centenas de estudantes. Durante a assembléia que a Comissão Executiva do encontro teve com os arquitetos

no dia 28, Dalvino Troccoli Franca, como presidente do Grupo, defendeu-o das acusações que alguns colegas vinham fazendo sobre a condução dos trabalhos.

Dalvino afirmou que a votação dos estudantes obedeceu rigorosamente o regulamento do congresso e reconheceu que

não houve um aprofundamento das teses, mas atribuiu essa deficiência ao fato de seu grupo ter examinado 15 trabalhos num plenário literalmente lotado. Rebatendo a crítica de um arquiteto paulista de que, naquele grupo, os profissionais praticamente não participaram do direito de voto, Dalvino disse que, "se

que o crescimento econômico brasileiro tem gerado, os arquitetos devem se aliar ao processo em andamento, de busca das populações por melhores condições de vida — a questão maior da sociedade brasileira hoje — entre as quais estão as de ocupação do espaço, processo em que se concretizará o mercado efetivo da técnica dos arquitetos. Inclusive a problemática das populações mais submetidas às duras condições de vida pelas distorções do mesmo crescimento econômico, que estabelece uma dicotomia falsa entre cidade e campo, deve ser considerada pelos arquitetos na conquista do mercado potencial para a sua técnica.

Assim se afirmará a produção arquitetônica para a coletividade, com as características humanas e estéticas que lhe são inerentes, através da participação crítica da grande massa de arquitetos, que hoje caracteriza nossa profissão.

A elaboração e afirmação de princípios técnicos deve se dar na medida do diálogo da profissão com a população, organizada na expressão dos seus interesses, num processo de conscientização ampla do arquiteto e da comunidade.

Desta forma, o desenvolvimento da política profissional do arquiteto deve se vincular à luta pela emancipação dessa maioria da população, que coincide com a luta pela afirmação e emancipação de toda a comunidade brasileira.

A nossa posição política, para ser con-

seqüente, deve transcender os limites de nossa categoria profissional e procurar as bases de apoio para as transformações que se colocam como necessárias. A grande maioria dos arquitetos, como a grande maioria da população brasileira — os trabalhadores e os setores marginalizados dos benefícios do crescimento econômico —, não detém os meios de produção dentro do quadro econômico vigente. Apesar da sua situação privilegiada na estrutura de classe da nossa sociedade em relação às classes trabalhadoras, esta situação viabiliza a união dos arquitetos à maioria da população na luta pelo seu bem-estar.

Dentro desta ótica é que devemos conduzir a luta pela defesa da nossa profissão. Neste sentido, é um aspecto fundamental o fortalecimento do IAB e do SINDICATO enquanto entidades com respaldo político, para que canalizem as críticas dos arquitetos aos problemas da comunidade, em apoio às suas reivindicações mais sentidas e à sua liberdade de expressão e organização. Saudamos as iniciativas dos diversos departamentos do IAB, principalmente o IAB-RJ, de contato direto com esses problemas, através do relacionamento com setores representativos da comunidade. Suas experiências devem ser sistematizadas e estendidas aos demais departamentos do IAB e Sindicatos, como diretriz para sua conduta a partir do parâmetro do arquiteto colocado ao lado do povo, nas di-

versas situações em que for solicitado, colaborando e aprendendo nesse diálogo.

Em face desse nosso compromisso com a comunidade é que se deve dimensionar o nosso relacionamento com os setores da administração pública, inclusive no sentido de viabilizar o exercício da profissão segundo as peculiaridades das manifestações de questões nesse campo. Com relação ao ensino da arquitetura, é necessária a promoção de meios que o vinculem à perspectiva de atendimento às necessidades das amplas camadas da população.

No campo das possibilidades atuais, consideramos que a viabilização de mecanismos que promovam a extensão dos serviços profissionais dos arquitetos a uma ampla camada da população brasileira — aproximadamente superior a 50% das pessoas que constroem sua habitação isolada — é uma conquista importante na ampliação do mercado de trabalho do arquiteto, embora compreendamos que ela não representará uma solução ao problema habitacional brasileiro, que é uma decorrência das condições estruturais do nosso quadro econômico, não sendo superado, portanto, pela ação dos arquitetos ou de qualquer outra categoria profissional.

Manifestamos o nosso inteiro apoio à iniciativa do Sindicato do Rio Grande do Sul, na elaboração de um projeto de assistência técnica à moradia econômi-

ca, com o apoio do CONFEA e dos CREAs da região. Esse programa, quando viabilizado, deverá mobilizar esforços dos sindicatos, através da organização de cooperativas profissionais que impeçam o açambarcamento deste novo mercado por parte de empresas e das escolas de arquitetura, através de orientações curriculares e dos estágios obrigatórios dos estudantes.

Quanto à formulação de uma política a nível nacional para as entidades representativas dos arquitetos, com base nos princípios anteriormente explicitados, sugerimos as seguintes medidas:

- 1) Que esta política represente um posicionamento frente ao momento político atual;
  - 2) Que a apropriação tecnológica seja cada vez mais gerada no país e que implique numa política de pleno emprego de mão-de-obra;
  - 3) A superação da dualidade cidade-campo, tradicionalmente estabelecida entre nós, entendendo que a urbanização é um processo único que se dá em todo o território nacional, articulando-o e gerando sua organização;
  - 4) O apoio aos esforços travados no Brasil pela conquista de maior liberdade de expressão e organização políticas, que se expressam nas lutas desenvolvidas pelos mais diversos setores da população.
- (Relator: Antônio José Cunha Carvalho de Freitas)

alguns ficaram inibidos de se pronunciar diante da massa de estudantes, a mesa que presidia os trabalhos não tinha culpa. E solicitou que outros arquitetos presentes aos trabalhos do Grupo 4 se manifestassem sobre o tipo de encaminhamento efetivamente dado."

Ratificando as críticas anteriores, o arquiteto José Carlos Coutinho (DF), disse que "os arquitetos, em minoria, foram prejudicados nas suas intervenções e, muitas vezes, o volume de vaias era tão alto que, quando algum colega tentava defender suas posições, não era sequer ouvido pelo plenário". E acusou a mesa de certa passividade diante do comportamento dos estudantes, "talvez por inexperiência na condução de trabalhos desse tipo ou por se sentir pressionada".

Classificando os debates e votações dentro do Grupo 4 como "absolutamente ordeiros e democráticos", uma arquiteta de Brasília disse que o fato de não haver um número mais elevado de profissionais no grupo talvez evidenciasse que a categoria não estava dando a devida importância para o tema da formação do arquiteto, que pode ser mais relevante que muitos outros, já que está na base de tudo o que ocorre atualmente.

Para o arquiteto Ari Vicente Fernandes (SP), mais importante que discutir o encaminhamento dos trabalhos do grupo, seria refletir sobre as atuais condições de ensino do país. Ele enfatizou que os debates do grupo foram aprofundados e que ele teve o mérito de se diferenciar do que vinha acontecendo no congresso: "as divergências profissionais e políticas entre os arquitetos têm sido mascaradas até agora; não há nenhum desentendimento entre arquitetos e estudantes quanto às questões básicas".

Entre as quinze teses analisadas (ver sua aprovação ou não no início do relatório do grupo), Dalvino Franca destacou, durante a mesma assembleia, alguns pontos importantes que transpareceram em muitos trabalhos: a) o problema do currículo das faculdades e a participa-

ção dos estudantes em sua elaboração; b) relacionamento dos estudantes com a comunidade; c) criação de escolas regionais, que se detivessem mais profundamente nos problemas de cada área, sem contudo esquecer sua dimensão global; d) necessidade de liberdade dos estudantes dentro das escolas.

Das principais moções encaminhadas, destacaram-se duas: a) protesto contra o Decreto 477, AI-5 e contra a exigência de atestado ideológico para os professores lecionarem; b) o problema das faculdades ainda não legalizadas, devendo contar com um maior empenho dos IABs na sua solução.

### O trabalho do grupo

Durante a votação do relatório do Grupo 4 pelo plenário do congresso, o tema mais debatido foi a inclusão ou não — no seu final — de um trecho do documento elaborado no III Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura (ENEA) sobre "Ensino — Universidade Brasileira" seu. Antes disso, contudo, quatro arquitetos intervieram nos debates para falar sobre o grupo. Depois da arquiteta Marlene Fernandes afirmar que o número de arquitetos e principalmente de docentes havia sido mínimo nas discussões do grupo, impedindo um aprofundamento dos problemas da formação escolar pelos profissionais, o arquiteto Cláudio Soares deu seu "testemunho de reconhecimento ao Grupo 4, pela precisão com que soube ler as linhas e, muito mais, as entrelinhas, num trabalho que superou em muito o que se pode transpor para algumas folhas escritas de relatório".

O arquiteto Antônio José de Pinho, da FAU-PUC de Campinas, afirmou que a tese sobre formação profissional de sua faculdade foi discutida durante duas horas e meia no grupo e não foi aprovada por 4 ou 5 votos, mas por 25 ou 26 arquitetos que estavam presentes no auditório. "Se não houve participação docente no Grupo 4, a culpa disso não cabe a ele", finalizou.

Para Sílvia Sawaya, se o arquiteto esteve praticamente ausente desse debate,

isso é sinal de uma "perplexidade anterior, que este congresso mostra estar sendo superada; e a grande quantidade de estudantes nele presentes mostra que ela não será somente superada como teremos muito ainda o que falar sobre a formação do arquiteto daqui para a frente".

### ENEA

Como representante do III ENEA, um estudante da FAU-USP informou ao plenário que, em assembleia realizada na tarde do dia anterior, os estudantes haviam decidido reivindicar que o documento final do III Encontro fosse incluído nos anais do IX Congresso, não como um apoio dos arquitetos a seu conteúdo, mas apenas à livre organização dos estudantes, da qual o encontro foi um exemplo. A essa proposta, que posteriormente foi rejeitada pelos arquitetos, o representante do ENEA acrescentou uma segunda: a inclusão, no relatório do Grupo 4, do trecho do documento referente ao ensino no Brasil, o que acabou sendo aprovado após longos debates (ver o texto no final do relatório).

Além da proposta dos estudantes, foram apresentados dois substitutivos para o item 10 do relatório original, dos arquitetos Jorge Moreira e Luiz Paulo Conde, ambos do IAB do Rio. Para Jorge, o item 10 deveria ser substituído por uma recomendação do IX Congresso ao governo, particularmente ao Ministério da Educação, de que os estudantes voltem a ter suas entidades representativas como antigamente.

Ele argumentou que o IX Congresso representaria muito para o futuro da profissão e do IAB. "Temos um compromisso com os que nos antecederam no Instituto e não podemos desprezar seus estatutos, onde ele é classificado como uma entidade apolítica". O arquiteto Dalvino Troccoli Franca (IAB-PE) refutou essa afirmação, dizendo que um Congresso Brasileiro de Arquitetos não precisava respeitar os estatutos da entidade, o que foi confirmado pelo presidente da mesa, arquiteto Carlos Maximilia-

no Fayet: "o estatuto não pode ser invocado para frustrar as decisões do plenário, embora possa servir como argumento ou subsídio para elas".

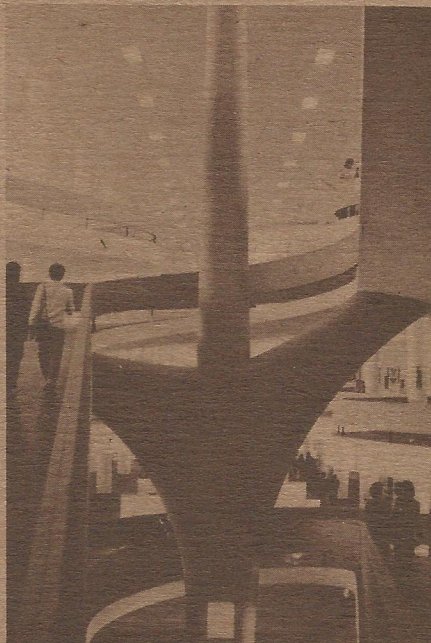
A proposta substitutiva do arquiteto Conde afirmava que os arquitetos e estudantes deveriam se unir "na luta pela revogação de todas as leis e instrumentos que impeçam o debate livre, o direito de associação e de expressão, direitos naturais contidos na Declaração dos Direitos do Homem na ONU".

O substitutivo de Jorge Moreira foi rejeitado pela quase totalidade dos arquitetos (com duas ou três abstenções) e por todos os estudantes (sem nenhuma abstenção).

Encaminhando contra a proposta de Conde, o arquiteto Ari Vicente Fernandes (SP) disse defender o item 10 do relatório original por acreditar que "já passou da hora de usar meias palavras ou eufemismos para dizer o que queremos", sendo intensamente aplaudido pelo plenário. Encaminhando a favor do substitutivo, o arquiteto Ruy Gamá afirmou que, nos debates já realizados, havia ficado claro que a livre organização de estudantes e arquitetos era reconhecida como absolutamente necessária. Contudo, ele defendia a proposta de Conde por considerá-la suficientemente abrangente e concisa, apenas não nomeando o AI-5, o 477, etc.

A votação dessa proposta e da seguinte (inclusão do trecho do documento do ENEA) evidenciou um alto grau de maturidade do plenário e da mesa. Numa primeira votação do substitutivo de Conde pelos arquitetos, houve 95 votos a favor e 102 contra; a seguir, foi solicitada uma verificação de votação, o que foi efetuado dividindo-se o plenário em zonas e filias. A proposta foi rejeitada pelos arquitetos por 99 votos a favor, 105 contra e duas abstenções, sendo que todos os estudantes votaram contra, com duas abstenções também.

A inclusão do trecho do documento do ENEA sobre ensino no Brasil foi aprovada por todos os estudantes e teve a seguinte votação dos arquitetos: 93 a favor, 66 contra e 16 abstenções.



A mesa que conduziu os debates teve a seguinte composição: Dalvíno Troccoli Franca (arquiteto — presidente), Manoel Roberto Alves Lima (estudante — secretário) e Sônia Marques (arquiteta — relator). Foram esporadicamente substituídos o presidente pelo arquiteto Ruy Veloso e o relator pelos arquitetos Ruy Veloso e José de Moura Rezende Filho. Quinze teses foram inscritas neste grupo.

I — Não foram apresentadas ao plenário:

### Tese 22

São Paulo/arquitetos Lenimar G. Rios, Lúcio Leal e Margarida Mincherian  
"Formação do Arquiteto: uma crítica possível e necessária"  
(na ausência dos autores, impunha-se a leitura do texto na íntegra, processo que se mostrou inviável, motivando a não apresentação)

### Tese 19

Rio/arquiteto Leo A. Silveira  
"A Formação do Arquiteto"

### Tese 17

Paraná/arquiteto Marcos Prado  
"A experiência na Universidade Católica do Paraná"

### Tese 5

Belo Horizonte/arquiteto Oswaldo Nery  
"O arquiteto e sua atuação profissional" (item 6)

II — Foram apresentadas, debatidas e reprovadas pelo plenário:

### Tese 6 (por unanimidade dos estudantes)

São Paulo/arquitetos Fernando Magalhães Chacel e Aziz Ab'Saber  
"Modelo de Curso de Planejamento Paisagístico", contendo basicamente: 1 — Roteiro da profissionalização no campo do paisagismo; 2 — Justificativas básicas para a criação de cursos de planejamento paisagístico; 3 — O curso de paisagismo em face da reestruturação global das opções nas faculdades de arquitetura; 4 — Premissas para um currículo; 5 — Proposta de estrutura curricular ao nível da área básica e de componentes disciplinares; 6 — Discussões em torno de um currículo mínimo; 7 — Proposta de um currículo mínimo.

### Tese 7 (por unanimidade dos estudantes)

São Paulo/IAB

O grupo 4 foi o que analisou o maior número de trabalhos. Mesmo assim, a maioria deles foi muito debatida por todos em plenário.

"Moção Paulista para o IX Congresso", composta de três itens: Introdução, Atuação Profissional e Formação Profissional.

### Tese 14

Minas Gerais/FAU-UFMG  
"Pesquisa de Pós-Construção", contendo basicamente: 1 — Antecedentes sobre as habitações urbanas; 2 — A necessidade de renovar os padrões de qualidade; 3 — Sistematização das informações básicas; 5 — Dificuldade na renovação das informações básicas; 6 — Cooperação interdisciplinas; 7 — Objetivo da pesquisa.

III — As teses de número 24, 25 e 29 foram consideradas pelo plenário como comunicados. A tese 27, aprovada como tese pelo Grupo 4, foi posteriormente transformada em comunicado, por decisão do plenário do congresso, a pedido de sua autora.

### Tese 29 (1.º Comunicado)

Rio Grande do Sul/Clóvis Ingelfritz  
"Disciplina problemas da arquitetura brasileira contemporânea, ministrada na UFRGS"

Trata-se de uma disciplina que procura colocar o estudante diretamente em contato com problemas relativos aos condicionamentos que influenciam a produção da arquitetura, o comportamento do arquiteto e a arquitetura resultante desse processo, sob os condicionamentos sócio-econômicos e culturais da realidade brasileira.

### Tese 24 (2.º Comunicado)

Universidade Federal da Paraíba/Centro de Tecnologia — Depto. de Arquitetura  
"Pontos de discussão sobre a formação do arquiteto"

Análise dos fatores que impossibilitam normalmente a implantação de modelos teóricos sobre a formação profissional e a procura de formas para sua viabilização no sentido dos aspectos ligados à formação e à prática profissional do arquiteto em nível geral e especificamente na Paraíba.

### Tese 25 (3.º Comunicado)

Rio/arquiteto Almir Fernandes (delegado do IAB/RJ — Cosu)  
"O ensino de planejamento urbano nos cursos de arquitetura"

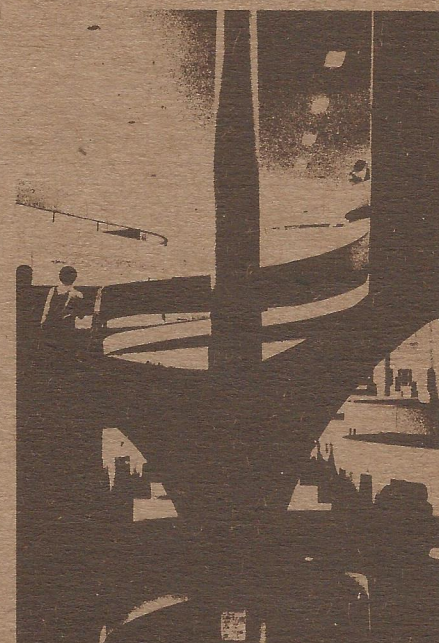
### Tese 27 (4.º Comunicado)

Rio/arquiteta Marlene de Souza Fernandes  
"Estudo de currículo de 4 escolas de arquitetura do Estado do Rio de Janeiro"

A comunicação apresentada baseia-se em estudo comparativo dos currículos de 4 escolas de arquitetura do Estado do Rio de Janeiro, que analisou o elenco e conteúdo das disciplinas, a distribuição da carga horária e a estrutura departamental.

"A ausência de qualquer critério de prioridade ou de seleção nas disciplinas ministradas, a excessiva fragmentação do tempo disponível, a desproporção na alocação da carga horária entre disciplinas obrigatórias e eletivas, a estrutura departamental dificultando a integração de conhecimentos, a inadequação do conteúdo das disciplinas à formação do arquiteto são deficiências evidenciadas nos currículos analisados, não obstante todos eles se enquadrem nos parâmetros estabelecidos pelo CFE.

Desde logo, podemos perceber que o modelo de currículo mínimo não satisfaz às exigências atuais do ensino de



arquitetura, uma vez que não garante nem mesmo um nível mínimo de habitação, comum a todos os arquitetos, coerente com as necessidades de desenvolvimento do país.

Entendemos que a legislação a ser estabelecida pelo CFE deveria ser suficientemente flexível para permitir a adoção, pelas diferentes escolas, de currículos adequados aos modelos de ensino que desejarem implantar, preservando-se, porém, um nível ótimo de formação comum a todos os cursos, compatível com as atribuições profissionais definidas em lei. Sem abrir mão do caráter universal, enquanto universitário, do ensino da arquitetura, a legislação deveria exigir (ou estimular) uma integração do curso na problemática regional.

Mais que fixar conteúdos de curso através de elenco de disciplinas, deveria a legislação fixar nível mínimo de conhecimentos; além de fixar duração global do curso, deveria fixar também a distribuição de tempo entre áreas de conhecimento. Seria desejável reforçar a exigência de estágios, raramente cumprida, mas também seria indispensável exigir integração de disciplinas e áreas de conhecimento.

Enfim, o currículo deve ser revisto quanto aos seus objetivos, conteúdo, forma e operacionalidade, a fim de que se torne efetivamente um instrumento de controle da qualidade de ensino".

IV — Foi aprovada pelo plenário, na forma de manifesto, a tese 15:

Rio/Universidade Federal Fluminense  
"Aprendendo a nadar", um trabalho retratando experiências e dificuldades dos alunos desta faculdade.

V — Foram aprovadas as 9, 10 e 18, cujas colocações serviram de base para a elaboração do "Relatório das Conclusões Aprovadas":

### Tese 9

Mogi das Cruzes/arquiteto Cláudio Soares de Azevedo  
"Formação do arquiteto como cidadão prestante"

### Tese 10

São José dos Campos/FAU  
"Prática Investigação" (até folha 25)

### Tese 18

Campinas/FAU-PUC (Antônio José de

Pinho e equipe da Comissão de Ensino) "Análise histórica da formação do arquiteto"

VI — Relatório das conclusões aprovadas:

## CONSIDERANDO:

— A necessidade de se edificar os fatores condicionantes de nossa própria evolução política, cultural e econômica, traduzidos em uma herança colonial, marcada por uma situação de dependência que tenta eliminar a "memória nacional", situação essa que gera produtos e desprodutos materializados nas cidades, nos edifícios, nos móveis e nos utensílios;

— O sentido verdadeiro da Escola de Arquitetura enquanto instrumento de libertação e local de descobertas, na busca de superação da limitação em que se fecha como unidade autônoma e geradora de um dialeto só para os iniciados cuja mensagem não afeta o povo;

— A calamitosa situação em que se encontra o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, fruto, em grande parte, da ausência do debate político e da repressão às tentativas de organização e divulgação das posições assumidas nas escolas do país;

— A prática corrente de desprezar a dimensão política, essência de todo o Modelo de Ensino, fazendo com que as discussões ao seu redor percam-se em retóricas utópicas, devaneios idealistas e posturas reformistas, resultando quase sempre em soluções conformistas a reboque do mercado profissional, que reduzem a formação universitária a um mero papel de adestramento de mão-de-obra qualificada e eficiente para o sistema;

— A limitação dos órgãos nacionais do Ensino de Arquitetura e Urbanismo a um papel de mediadores entre a Política de Ensino Superior do Governo e as escolas de arquitetura, decorrência de suas próprias origens e agravada pela prática de tomar decisões em pequenos grupos, em nome de milhares de estudantes e centenas de professores, dentro das "regras do jogo", indiferentes a um posicionamento político e à crítica do sistema vigente, resultando em uma neutralidade aparente, onde o discurso transforma-se em monólogo, o debate pleno reduz-se ao questionamento do permitido, e a postura política ao simples parecer técnico.

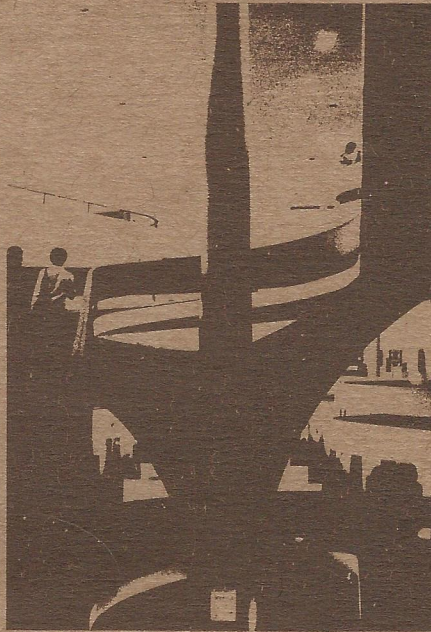
## PROPOMOS:

1. Que o arquiteto liberte-se dos esquemas preconceituosos de pensar e agir, latentes nos próprios candidatos, nos estudantes e nos diplomados, a partir da reformulação do próprio vestibular, desenvolvendo-se durante o curso e sendo sustentado pela atuação dos profissionais;

2. Que o arquiteto saia do isolamento em que se encontra dentro do todo social, da universidade, dos demais profissionais liberais e da própria classe;

3. Que seja estimulada a permanente atualização do conhecimento do arquiteto, especialmente no contato com outras áreas de conhecimento, bem como a sua participação na pesquisa e busca de tecnologia nacional nos setores de sua atividade, ampliando-se a produção crítica — demasiadamente curta em 150 anos de profissionalização;

4. Que a discussão dos Modelos de Ensino deve ser tomada pelas bases, a partir de sua organização ampla e democrática em cada curso de arquitetura do país, através da concepção política desses Modelos, tendo como dado fundamental o próprio processo vivido pela escola, seguido do estudo crítico de outros Modelos, encarados como pro-



cessos abertos e não esquemas fechados em si;

5. Que a definição de Modelos de Ensino a partir de "modelos" de exercício da profissão seja considerada inadequada e reacionária, enquanto prática que produz o ensino universitário à formação de mão-de-obra e impede a preparação política de indivíduos capazes de pensar, propor e agir sobre uma problemática socialmente dada;

6. Que os órgãos nacionais de Ensino de Arquitetura e Urbanismo revisem suas políticas de atuação, assumindo um posicionamento compatível com as condições reais do ensino no Brasil, não comportando a proposição de um Modelo Nacional de Ensino, por mais aberto e flexível que seja, cabendo a esses órgãos:

— assessorar a organização dos novos cursos de Arquitetura e Urbanismo;

— fornecer informações e subsídios para a retomada de um amplo debate nacional sobre ensino;

— garantir as condições para que esse debate conte em cada escola com a participação plena e democrática de todos os seus contribuintes;

7. Que as escolas de Arquitetura e Urbanismo se empenhem na revisão histórica da formação da Universidade Brasileira como conjunto fundamental para o conhecimento de sua própria realidade, e para a definição de sua atuação presente e futura;

8. Que em todos os processos de discussão de ensino seja assegurada a participação livre e democrática do corpo discente das escolas, cuja contribuição reafirma-se indispensável;

9. Que as discussões nas escolas sejam garantidas pela instituição de órgãos permanentes, estruturados em Foruns de Debates;

10. A atual situação do capitalismo internacional se expressa na dominação quase exclusiva da economia dos países subdesenvolvidos pelas empresas multinacionais.

No Brasil, essa situação determina que a política de ensino (principalmente após a Reforma Universitária) seja feita com base no atendimento do mercado de trabalho, dominado por essas empresas. O produto final desse ensino é um profissional elitizado, com uma atuação de caráter puramente técnico. Para responder às necessidades de operar a tecnologia importada, essa atuação profissional está cada vez mais desvinculada das necessidades das camadas mais amplas da população.

Além disso, o ensino superior funciona como canalizador de uma ilusão de

ascensão social para uma pequena burguesia, já tão iludida pelas "facilidades" de adquirir bens de consumo (carro, TV, geladeira, etc.), cuja produção está dominada pelas empresas multinacionais. Essa ilusão se reflete na expansão da rede de ensino superior, principalmente através do ensino privado. Aliás, isso nos remete à conclusão de que o ensino privado é uma forma do Estado desobrigar-se de uma função que lhe compete, além de criar perspectivas de exploração comercial no setor da educação. Vemos, portanto, o aumento progressivo do comprometimento da universidade com a ideologia dominante (no Paraná, um prévio selecionamento de "criatividade" para o vestibular de arquitetura teve como tema a frase "Este é um país que vai pra frente").

Para assegurar esta política é necessário calar as vozes descontentes, o que se faz através dos instrumentos de exceção (AI-5, 477...), bem como através da repressão sistemática às organizações estudantis e trabalhadoras, fato evidenciado após 1968.

A Reforma Universitária foi determinada, então; com base nos dispositivos opressores baseados no conceito autocrático de segurança nacional.

Em vista deste quadro, deve-se reconhecer que os problemas do ensino fazem parte de problema mais amplo: a estrutura sócio-econômica. E que só serão

resolvidos completamente com a mudança dessa estrutura, no sentido da democratização.

Não encerramos, porém, a discussão nesse ponto, ou seja, não colocamos apenas o argumento de que só haverá democratização do ensino com a transformação (democratização) da sociedade. Colocamos esta conclusão como o direcionamento básico de todas as lutas que teremos que travar neste momento. As lutas que estão sendo levadas nas escolas pelo melhoramento das condições de ensino estão inseridas na perspectiva da transformação social. Neste sentido, colocamos as organizações estudantis como responsáveis pela organização e direcionamento destas lutas, inserindo-as, como já fizemos, dentro desta perspectiva, que julgamos ser a mais correta.

Isto porque, para poderem atuar no processo de transformação social, os estudantes têm necessidade de organizarem-se como categoria social, através de suas entidades livres e independentes.

Aliamos, naturalmente, a isso, a consciência de que as melhorias do ensino, bem como a luta estudantil, são limitadas pela própria posição que ocupam na estrutura sócio-econômica e que devem ser ambas direcionadas no sentido de atender os interesses das camadas mais amplas da população.

(Relator: Sônia Marques)

## Para poder continuar pensando em você o ano inteiro, o ARQUITETO precisa que você pense nele uma vez por ano.

Para que você seja um profissional bem informado, nós vivemos o dia inteiro pensando em você: buscando temas, pesquisando dados, fazendo entrevistas, escolhendo fotos, produzindo textos, revisando, diagramando, compondo, imprimindo, distribuindo. Tudo para que, doze vezes por ano, como agora, você encontre no ARQUITETO o que de mais importante acontece na sua profissão.

Apesar de você receber o ARQUITETO gratuitamente, como tudo que dá trabalho ele também custa dinheiro.

Muita gente já percebeu isso e aderiu à nossa campanha de assinaturas. Afinal, Cr\$ 150,00 por ano não abalam nenhum orçamento.

Se você é um deles, aqui fica o nosso reconhecimento.

Se ainda não é, pense nisso: com Cr\$ 150,00 você continua recebendo o exemplar de graça (enviado pelo IAB e pelo Sindicato), recebe outro de assinante para recortar e classificar por assuntos, desconta o recibo na sua declaração do Imposto de Renda e, acima de tudo, proporciona condições para o fortalecimento e a elevação da qualidade do jornal da sua classe.

## Protesto e aplauso do IX Congresso nestes quatro pronunciamentos

**Brasília** — O IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, reunido em São Paulo de 25 a 29 de outubro de 1976, manifesta a maior preocupação pelos problemas sociais, econômicos e culturais, que caracterizam o atual estágio de crescimento de Brasília.

Esta preocupação estende-se à forma pragmática, autocrática e altamente onerosa como vêm sendo consideradas as realizações suntuosas, que pretendem acompanhar esse crescimento, privilegiando os setores de alta renda e o veículo individual, sem opor obstáculos à escalada da especulação imobiliária e à ocupação indiscriminada do solo urbano, contribuindo assim para tornar Brasília uma cidade desfigurada e cada vez mais injusta.

Sendo Brasília patrimônio da Nação,

## Em três propostas, a necessidade de cuidar do patrimônio

**O que é patrimônio** — Recomendação aos IABs para que aprofundem discussões em torno de pontos básicos para encaminhamento das questões sobre patrimônio, basicamente o debate aberto sobre uma revisão do conceito de patrimônio, inferindo-se:

1. critérios de seleção do patrimônio a preservar e a questão de quem deve solucionar;
2. o problema do uso que deve ser dado ao patrimônio preservado;
3. uma avaliação crítica das contradições de ordem social, econômica e política, muitas vezes geradas pela ação dos órgãos responsáveis por esta pre-

## Em cinco moções, a preocupação com a qualidade do ensino

**Retomada de lutas** — Tomando por base o exemplo dos estudantes e professores de Campinas, da recente greve dos estudantes do Mackenzie, da paralisação de aulas da FAU/USP e muitos outros exemplos verificáveis em boa parte das escolas de arquitetura, os membros deste congresso consideram que o que está na ordem do dia é a retomada das lutas por melhores condições de ensino, a ser aprovada conjuntamente por estudantes e professores, recomendam os seguintes encaminhamentos:

- a) Normalmente, os cursos se apresentam aos estudantes de forma acabada, sem que estes tenham contribuído na sua elaboração. É ponto fundamental que alunos e professores elaborem os programas dos cursos, conjuntamente;
- b) que os cursos permitam a contraposição de idéias, sem restrições, eliminando desta forma a unilateralidade vigente;
- c) que a contratação de professores se dê através de critérios claros, aceitos e debatidos por estudantes e professores e que sejam realizados concursos, dos quais todos possam participar, através de voz e voto. Hoje se constata que o cargo de professor tornou-se "trampolim" para profissionais interessados em sua ascensão no mercado de trabalho;
- d) que sejam abolidos os atestados ideológicos para contratação de professores e que os professores cassados possam reassumir;

liferação de escolas de arquitetura, a) que deva ser levado em conta a proliferação de escolas de arquitetura, através de instituições privadas, cujo objetivo é o lucro em detrimento da qualidade do ensino ministrado. Nesta medida, a luta contra o ensino pago deve estar presente nas discussões das escolas.

**Especialização** — Que os arquitetos promovam discussões amplas nos Departamentos do IAB, nas escolas e nas demais entidades de que participam sobre o problema das especializações, tendo em vista a necessidade de se manter a unicidade da formação profissional e a uniformidade nacional em relação

custeado por toda a população brasileira, justifica-se a manifestação deste congresso, ao mesmo tempo solidária com todas as parcelas desta população, que aspiram e, no momento, trabalham por uma Brasília arquitetonicamente bela e socialmente justa.

**Coppe** — Que o congresso apresente uma moção de protesto sobre a situação do Curso de Planejamento Urbano e Regional da Coppe (UFRJ), virtualmente extinto pela demissão em massa de professores, encontrando-se os alunos, desde abril deste ano, sem condições objetivas de completar um curso regular e de desenvolver seus trabalhos de tese.

**FAU São José** — O IX Congresso Brasileiro de Arquitetos aprova moção de

servação.

**Forte de Copacabana** — A preocupação dos arquitetos e estudantes de arquitetura brasileiros frente as notícias de abertura de concorrência pública para a venda do histórico Forte de Copacabana a particulares para a construção, em seu lugar, de edifícios de habitações de luxo. Os arquitetos e estudantes reunidos neste congresso se opõem à venda desta área, pelo seu caráter histórico, atuante cenário de lutas heróicas por um Brasil melhor, e por se tratar da área urbana mais saturada enquanto concentração demográfica da cidade do Rio de Janeiro, apresentando um dos maiores

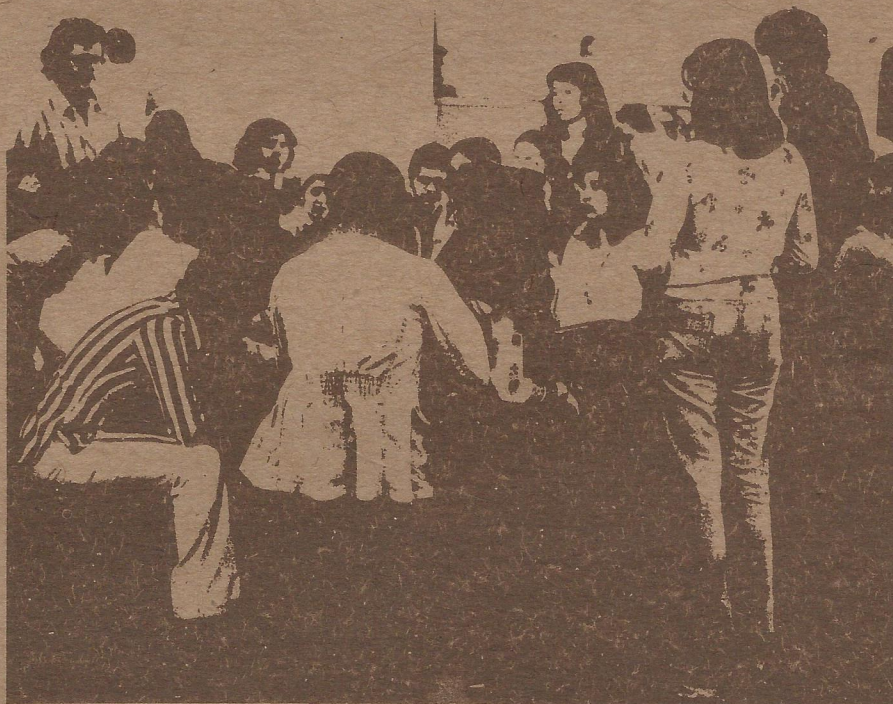
repúdio à Fundação Valeparaibana de Ensino por ter provocado a extinção da FAU de São José dos Campos e ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC por ter permitido o fechamento dessa faculdade, contribuindo as duas entidades para um desserviço à cultura nacional.

**Apoio à SBPC** — Que o IX Congresso manifeste seu apoio às demais associações profissionais que vêm trabalhando no sentido de afirmar conceitos claros acerca do processo de desenvolvimento da participação de toda a população na construção e no aproveitamento dos benefícios do progresso. Particularmente, manifestam seu apoio ao trabalho desenvolvido pelos cientistas através da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

índices do mundo. Também pelo seu valor paisagístico e pelo que representa como área ideal para o lazer público.

Propõem que o Forte seja tombado como Patrimônio Histórico Nacional e que seja transformado em área de lazer para a população carioca.

**Porto do Recife** — Manifesto da Delegação de Pernambuco sobre o plano de expansão do porto do Recife, combatido a vários meses pelo IAB-PE, por prever a desapropriação de algumas quadras existentes no bairro do Recife, que contém exemplares da arquitetura brasileira do século XIX (ver matéria no *Arquiteto* n.º 39).



ao campo de trabalho e às atribuições do arquiteto.

**Reconhecimento** — Constatamos que, das 30 escolas de arquitetura do Brasil, 11 delas não são reconhecidas pelo MEC, das quais algumas com turmas já formadas.

Resolvemos colocar essa moção perante o Grupo de Trabalho de Formação Profissional, denunciando a maneira como estão sendo encaminhados os processos de reconhecimento das escolas atualmente.

1. Que o processo seja encaminhado em época justa, no sentido de não impedir o reconhecimento quando for formada a primeira turma.

2. Que seja assegurada a participação dos estudantes dentro do mesmo, sendo

informados permanentemente desse processo.

3. Principalmente, que sejam revistas as condições para o reconhecimento das escolas, garantindo qualidade de ensino para uma consciente formação profissional.

**Diferenças Regionais** — Que as faculdades de arquitetura considerem em seus currículos as diferenças regionais para o desenvolvimento de sua atividade didática.

**Crítico ensino** — Moção exigindo ao IAB que se manifeste, assumindo sua responsabilidade, diante do crítico ensino da Arquitetura Nacional, abrindo-se no sentido de receber e encaminhar as diversas denúncias referentes à formação do arquiteto.

## Procurando solucionar os problemas do exercício profissional

**Os presidentes propõem** — Na oportunidade em que os arquitetos brasileiros se reúnem no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos para traçar as diretrizes de sua atuação profissional, os departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil e os Sindicatos de Arquitetos, representados pelos seus presidentes infra-firmados, CONSIDERANDO:

1. Que a elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, na forma da legislação vigente, é atribuição exclusiva dos profissionais habilitados;

2. Que, de uma forma generalizada em todo o país, o profissional arquiteto sofre, por parte de outras profissões e mesmo de indivíduos desprovidos da necessária formação profissional, uma concorrência desleal em seu mercado de trabalho;

3. Que, em diversos Estados brasileiros, os laboratórios de projetos e pesquisas ou ateliês das escolas de arquitetura, geralmente vinculados a fundações ou institutos de pesquisa, vêm exercendo atividades que contribuem para ampliar a concorrência desleal no mercado de trabalho do arquiteto;

4. Que essa atividade, em muitos casos, não contribui para o aprimoramento do ensino ou da pesquisa nas escolas de arquitetura, mas sim para a formação de grandes escritórios de projeto, com seus interesses mercantilistas dissimulados e acobertados pelas mencionadas entidades de pesquisa;

5. Que a contratação de projetos pelas escolas de arquitetura ou por entidades de pesquisa a elas vinculadas, ou mesmo por universidades, tem sido feita através de convênios firmados tanto com organismos do setor público como com empresas privadas, verificando-se frequentemente nesse processo o exercício de tráfico de influência;

6. Que tal procedimento, via de regra, é exercido por profissionais diretamente interessados nesse esquema de trabalho, escudados sob a justificativa de defesa do aprimoramento do ensino;

### PROPÕEM:

1. Que os arquitetos atuem junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil, junto aos seus Sindicatos, junto ao Confea, junto aos CREAs e suas câmaras de arquitetura, junto às escolas de arquitetura, bem como junto às demais entidades envolvidas nesse processo, no sentido de se garantir às escolas de ensino superior os direitos e as condições para que as mesmas desenvolvam pesquisas nos seus campos de estudo, além de trabalhos de interesse cultural e social;

2. Que, da mesma forma, os arquitetos atuem no sentido de exigir que não seja tolerada a concorrência, mesmo que indireta, que os laboratórios de projetos e pesquisas das escolas de arquitetura, engenharia ou outros campos de conhecimento fazem aos profissionais habilita-

dos, disputando com os mesmos, de maneira desleal, no seu mercado de trabalho, a elaboração de projetos;

3. Que, igualmente, seja exigida a observância ao código de ética profissional, quando aplicável, ou a outros instrumentos legais existentes ou por serem criados, no sentido de coibir, também, qualquer forma de concorrência desleal ao profissional arquiteto.

**Concursos** — A Comissão do Grupo 2 recomenda que os IABs e Sindicatos estudem uma reformulação dos regulamentos de concurso de projetos com o objetivo de reduzir os investimentos dos escritórios, abrindo perspectivas para todos os profissionais e não somente para os grandes escritórios. Por outro lado, estudar uma maneira do IAB ter maior interferência na organização de concursos.

**Estudos** — Que o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos recomende aos Departamentos e Núcleos, como matéria urgente cuja importância foi reconhecida na 6.ª Reunião do Conselho Superior do IAB, realizada em Goiânia, seja dado andamento, em caráter de urgência, aos estudos para se fixarem as condições indispensáveis ao pleno exercício profissional do arquiteto, compreendidos nos três pontos básicos:

1. Roteiro do desenvolvimento do projeto arquitetônico;
2. Normas de contratação para prestação de serviços;
3. Tabela de Honorários;

a serem controlados pelos CREAs.

Sem prejuízo do critério geral para esses pontos básicos, a ser mantido em todo o país, devem ser adaptados às condições locais, através de um criterioso estudo e avaliação, a fim de garantir sua real aplicação sem mistificações.

O respeito e o acatamento a estas condições, a serem cumpridas por todos os profissionais em qualquer ponto do país, permitirão estabelecer entre o arquiteto e o solicitante, qualquer que seja o trabalho, vínculos que assegurem direitos e obrigações de ambas as partes.

**"Setores de projetos"** — O IAB-MT sente-se preocupado com o crescente aumento, nos órgãos municipal, estadual e federal, de "setores de projetos". A criação de tais setores tem trazido prejuízos para os escritórios de arquitetura e também para os arquitetos autônomos.

Esse miolo, dentro dos organismos, vem tolhendo a atividade profissional, como também contribuindo para o aviltamento da tabela de honorários profissionais.

Isso se constata, pois esses órgãos, usando seus profissionais, não raras vezes apenas esboçam "estudo preliminar" e, burlando o Artigo 83 da Lei 5.194, colocam esse "estudo preliminar" em forma de "concorrência pública de preço para desenvolvimento de projeto", no pressuposto de que um projeto deva ser ainda objeto de desenvolvimento e não de detalhamento.

Cabe salientar ainda que, quando concursos são promovidos, esses órgãos o fazem sem critérios definidos para estipular os valores dos prêmios.

Embora, sem negar aspectos positivos isolados, tendo como exemplo Afonso E. Reidy, na prefeitura municipal do antigo Distrito Federal, como também o de Oscar Niemeyer, na Novacap, o IAB-MT acha que esses fatos estão a exigir uma atuação enérgica do IAB.

Cabe, pois, aos arquitetos, detentores de cargos de chefia nos diversos setores de empresas acima mencionadas, com respaldo dos IABs, a iniciativa de propor a ampliação do debate sobre este tema abordado.



Seleção dos principais trabalhos realizados pelo IAB sobre a política habitacional brasileira, com a análise dos doze documentos produzidos no período de 1954 a 1975. Pedidos pelo reembolso postal ou cheque nominal no valor de Cr\$ 50,00 para Schema Editora Ltda., rua Frei Caneca, 322, térreo CEP 01307, São Paulo.



## Fotografe sua cidade e participe deste concurso

Sob o tema "A Cidade é também sua Casa", está aberto até o dia 31 de janeiro um concurso de fotografia cujo objetivo final é a identificação, por parte de seus participantes, de locais ou áreas urbanas que devem ser preservados ou revitalizados. O concurso faz parte do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano e é promovido pelas secretarias de Economia e Planejamento e de Cultura, Ciências e Tecnologia (Museu da Imagem e do Som), além da CNPU.

## Revisão prejudicou artigo de Fábio Goldman

O arquiteto Fábio Goldman, que representou o IAB na Conferência de Vancouver, em carta ao **Arquiteto** solicitou que publicássemos nota referente a seu artigo, editado no último número da revista "C. J. Arquitetura". Ele explica: a falta de revisão fez com que o texto saísse completamente truncado, pulando trechos importantes e provocando uma confusão de conceitos, portanto, não posso me responsabilizar pelo mesmo". E justificou o pedido, esclarecendo: "como o próximo número da revista sai apenas dentro de alguns meses, era preciso justificar logo os erros, pois como representante do IAB minha responsabilidade é grande".

## FAU do Mackenzie vai contratar professores

O Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie comunica que processará a contratação de professores para o próximo ano letivo. Os interessados deverão encaminhar curriculum vitae para a secretaria do Departamento, esclarecendo a disciplina de seu interesse. Os currículos deverão obedecer o modelo do IAB de São Paulo.

Nesta época, a maioria das faculdades de arquitetura, além do Mackenzie, fazem a contratação de professores. Os interessados devem procurar as escolas de sua região, para os contatos necessários.

## Recepção aos formandos

O Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e o Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo promoveram no dia 15 último uma festa de recepção aos formandos de 1976, destacando a necessidade de sua integração na categoria.

## Assistência contábil

Ampliando os serviços prestados a seus associados, o SASP instituiu, além do plantão jurídico, um plantão para consultas contábeis, todas às terças-feiras, das 9 às 11 horas.

## Gradis: normas técnicas

A empresa Technal — Sistemas para Construção lançou, durante o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, um manual sobre gradis, incluindo: legislação (com normas de ensaio e detalhes técnicos), sistemas de fixação e fichas técnicas de gradis e rampas em alumínio. Os interessados podem solicitar a publicação diretamente à empresa (Rua Itápolis, 523 — São Paulo — Fone 256-4184) ou ao **Jornal Arquiteto**.

## Seplan publica estudo sobre problemas de SP

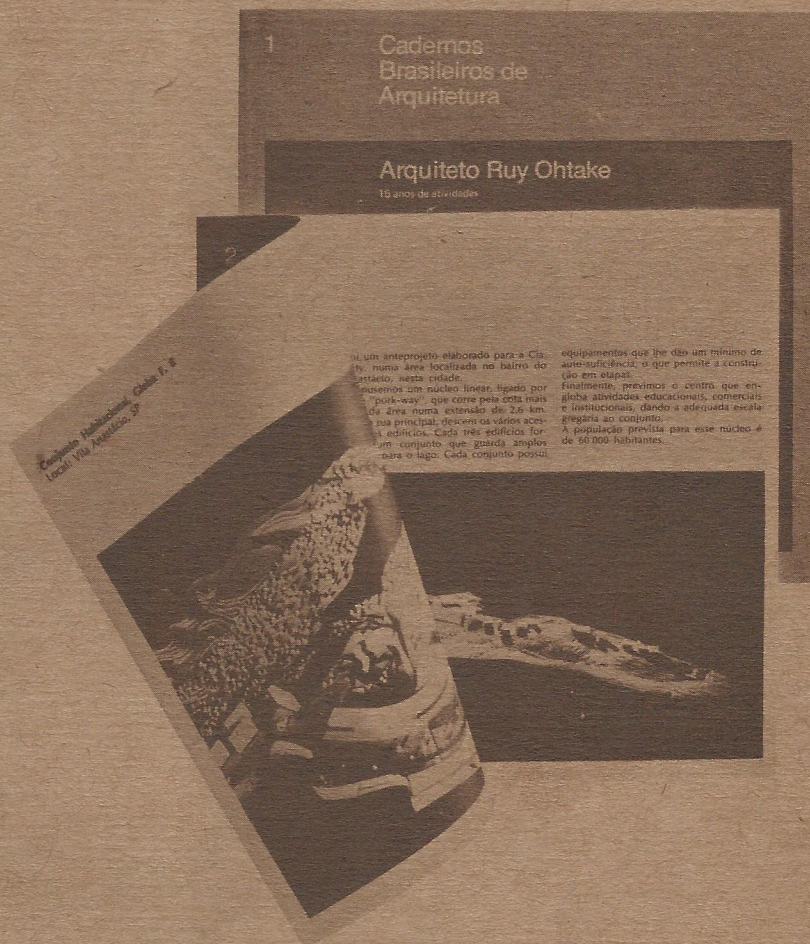
A Secretaria de Economia e Planejamento acaba de publicar uma síntese do estudo sobre "Problemas Emergentes do Estado de São Paulo", trabalho que mobilizou setenta técnicos e consultores especializados das mais diversas áreas durante os cinco meses que antecederam a posse do governador Paulo Egydio Martins. Segundo a Seplan, o estudo não pretende ser mais um diagnóstico do Estado de São Paulo e sim fornecer um instrumento de análise que permitisse identificar os pontos em que deveria se concentrar a ação governamental.

Ele é constituído de dezoito textos básicos, nos quais os problemas foram analisados por setores (social, físico, econômico e administrativo), sempre através de uma abordagem global, para a localização dos pontos sensíveis à intervenção governamental. Esses pontos permitiram aos técnicos agrupar dezesseis áreas de intervenção, nas quais foram distribuídos os programas prioritários e, ao mesmo tempo, reunir os órgãos de governo a eles afetos.

## Cursos e seminários

Através de seu convênio cultural, o IAB-SP e o SASP estão preparando a programação de cursos e seminários para o próximo ano. Quem tiver sugestões a fazer, deve procurar uma das duas entidades, pessoalmente ou por carta, até fins de janeiro.

# Está lançada a exposição permanente da arquitetura brasileira



Os Cadernos Brasileiros de Arquitetura estão abertos para divulgar, através de edições bimestrais, as realizações de nossa arquitetura.

Nos dois primeiros volumes, o arquiteto Ruy Ohtake resume os seus 15 anos de atividade profissional e suas principais obras.

Como ele, outros arquitetos brasileiros — inicialmente de São Paulo e depois de outros Estados — vão mostrar seu pensamento e sua obra. Em seguida, serão focalizados projetos setoriais de indústrias, escolas, hospitais, paisagismo, etc.

Os Cadernos Brasileiros de Arquitetura nascem para documentar a evolução da arquitetura brasileira. Com a confiança de ser uma exposição permanente, digna da receptividade de seu público.

Pedidos pelo reembolso postal ou cheque nominal para Schema Editora Ltda., rua Frei Caneca, 322, térreo, CEP 01307, São Paulo.  
Preço por volume: Cr\$ 25,00  
Conjunto 2 Cadernos/livro: Cr\$ 90,00

## Cadernos Brasileiros de Arquitetura